



ADVOGADOS

A REVISTA DOS ADVOGADOS DE SERGIPE



ENTREVISTA

O juiz Roberto Alcântara destaca ações da gestão dele à frente da Amase e os 50 anos da entidade

O LEGISLATIVO

A Alese tem o deputado estadual Luciano Bispo no comando há quase uma década, em quatro gestões consecutivas marcadas por maestria e competência. Com 40 anos de vida pública, o parlamentar participou da aprovação de centenas de leis

Volvo XC40 Recharge Pure Electric.



V O L V O

XC40 Recharge Pure Electric. Faça parte hoje de um futuro mais elétrico.

O Volvo XC40 Recharge Pure Electric é o primeiro com Google Nativo. Com seu motor de 408hp e sua autonomia aproximada de 418km, você tem conforto e tecnologia, sem emissão de poluentes. Um futuro mais elétrico está aqui.

Agende um test-drive

Vencedor dos principais prêmios da indústria automotiva



CONTATO ONLINE
79-99985-4489

Av. Tandrodo Neves, 3960B- Ponto Novo
Telefone (79) 3234-8700
vendas@starkvolvo.com
Aracaju-SE

STARK



PAGUE FÁCIL

tko
SOLUÇÕES DE PAGAMENTO



Pague suas guias de
custas judiciais no
Banese Card ou
em **qualquer
outro cartão.**



**Acesse o site do TJSE
e escolha TKS!**



Celo



VISA

Hipercard





HÁ UMA DÉCADA
PRESENTE NOS
SEUS MELHORES
MOMENTOS





Sumário



20



64



42

ÍNDICE

14 Registrando

As principais notícias do segmento jurídico do Brasil e de Sergipe

18 Geral

Grandes temas são debatidos pela OAB/SE em 2022

19 Especialista Ambiental

“Conheça quais são os tipos de meio ambiente”, por Dra. Gabriela Almeida

20 Entrevista

O juiz Roberto Alcântara, presidente da Amase, é o entrevistado especial desta edição

22 Dire(j)to de Brasília

Dr. Marcelo Montalvão destaca a dança das cadeiras no alto escalão do Judiciário nacional

24 Artigo

Cláudio Nunes opina sobre a obsessão de Bolsonaro pelo poder

26 Geral

Prêmio Destaque do Judiciário será em novembro

27 Direito Processual na Veia

Rodolfo Siqueira e Evellin Paesante Siqueira explanam sobre o efeito reverso do contencioso

28 Capa

A Alese sob a gestão do presidente Luciano Bispo

32 Depoimentos

Personalidades jurídicas, políticas e sindicais homenageiam Luciano Bispo e a Alese

33 Artigo

“O advogado previdenciário e a imprescindibilidade dele na manutenção da cidadania”, por Dr. Thiago Melo

34 Literatura

O advogado Genisson Cruz Silva lança o livro S.A do Futebol

40 Artigo

“Insucesso do Recurso Especial por desatenção à Súmula 282 do STF”, uma análise de Dr. Eduardo Ribeiro

42 Especial

Em posse festiva, OAB/SE celebra a nova Diretoria

48 Fórum Social

Forró da Advocacia 2022 acontece em Aracaju e no Interior do Estado

50 Artigo

Dr. Afonso Carvalho de Oliveira assina “LGPD e a advocacia – É preciso fazer o dever de casa”

52 Geral

Nova diretoria do IAB é empossada. E, em Sergipe, o Iase realiza as primeiras ações

56 Artigo

“Fracassamos: a guerra e o estado de não-direito internacional”, por Dr. Gustavo Calçado

52 Geral

Vem aí o I Simpósio de Meio Ambiente em Desenvolvimento de Sergipe

58 Contraponto

Dois advogados opinam sobre a graça concedida por Bolsonaro a Daniel Silveira

60 Profissional do Direito

Sob a escrita do sociólogo Igor Salmeron, conheça a trajetória do advogado Evaldo Campos

62 Artigo

“Vitória dos diabéticos”, pelo médico endocrinologista Raimundo Sotero

63 Conexão Live

O publisher Clóvis Munareto traz mais dicas de restaurantes, hotéis, entre outros serviços

64 Turismo

A jornalista Sônia Pedrosa apresenta João Pessoa (PB) como destino turístico o ano inteiro

66 Vida & Privacidade

Bom vivant e amante de vinhos, o advogado Said Schoucair revela gostos e preferências



Nº1


FUEGO

A NÚMERO UM

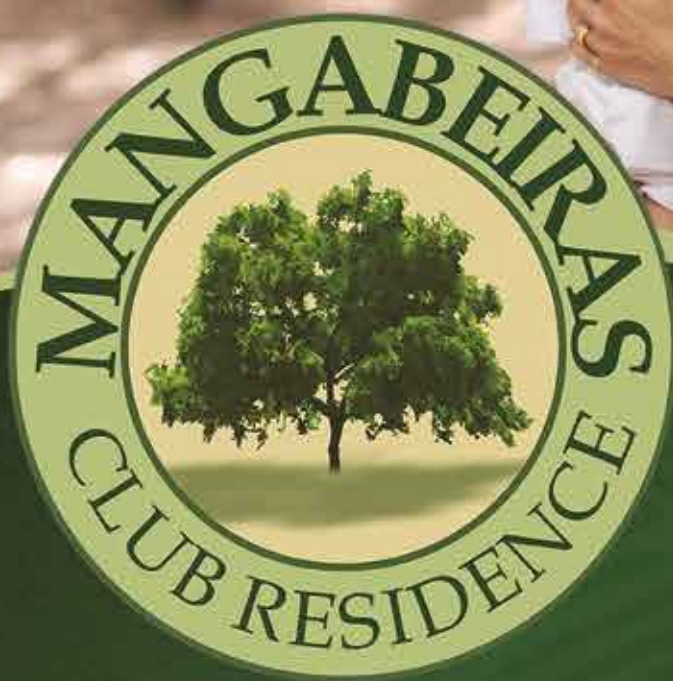


FUEGO
CHURRASCARIA

García • 3027.2700

  fuegochurrascaria

A Exclusividade lhe espera no litoral sul



Infraestrutura de alto padrão com últimas unidades da fase de lançamento!

Localizado em Estância, a 1h de Aracaju, em meio à vegetação original da região.

Obras já em andamento: Casas já sendo construídas.




Haras, Área de esportes, Heliponto, Piscinas.



Plantão de Vendas

Tel : +55 79 30113009 / +55 79 99846 4595

 @MANGABEIRASCLUBRESIDENCE

Zelar
IMOVEIS

Homenagens, posses, festas e muita notícia interessante



É sempre um orgulho e uma satisfação muito grandes quando nossa equipe conclui mais uma edição. Ao registrarmos as notícias do universo jurídico de Sergipe e do Brasil, a sensação é de dever cumprido por apresentar a verdade dos fatos sempre com ética e profissionalismo. E esta 13ª edição da **Revista Advogados** está repleta delas para deixar você, caro leitor, sempre muito bem-informado.

Começamos esta publicação com uma merecida homenagem. A Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), a Casa das Leis, representada pelo presidente Luciano Bispo, é o tema da nossa matéria de capa. Nela, a lista de muitos feitos promovidos pela entidade se mescla à história política do deputado estadual que comanda o Legislativo sergipano há oito anos consecutivos. Não à toa, diversas personalidades deram depoimentos cheios de admiração e respeito.

Também trazemos uma entrevista exclusiva com o juiz de direito Roberto Alcântara, presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), que faz um pequeno balanço das atividades executadas desde que assumiu o comando da entidade, o que não foi pouca coisa, frise-se. Ele foi reeleito para um segundo mandato (2022-2024). Neste ano, inclusive, muitas ações estão voltadas à celebração pelos 50 anos da Amase, a serem completados em julho.

Outra importante notícia é a respeito da posse festiva da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). A matéria ganhou status de especial ao apresentar os detalhes do evento somados aos muitos cliques dos diretores e conselheiros empossados, dos familiares e amigos, e de autoridades e políticos convidados. Entre eles, destaque para Alberto Simonetti, presidente da OAB nacional, que comandou a cerimônia de posse de Danniell Costa como presidente da seccional sergipana.

Continuando no clima de celebração, a OAB/SE e a Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe (CAASE) capricharam na retomada do Forró da Advocacia após dois anos de interrupção por causa da pandemia da Covid-19. Neste ano, a festa aconteceu em Aracaju e nas cidades onde há regionais da OAB/SE: Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Estância e Propriá. Assim, o que se viu foi muita música, comidas típicas, confraternização e alegria em todos esses lugares.

Quer mais? Esta edição mostra um pouco da trajetória do advogado Evaldo Campos, um dos mais ilustres e renomados juristas de Sergipe, na sessão Profissional do Direito. A trajetória dele é contada pelo sociólogo Igor Salmeron, que não esconde o apreço e a admiração que sente pelo veterano advogado. Já na sessão História, o jornalista e escritor Gilfrancisco traz um relato sobre Bernardino de Souza, jurista sergipano que foi presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em nível nacional, a **Revista Advogados** destaca a renovação no comando do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), que tem Sydney Sanches como novo presidente em substituição a Rita Cortez. Na mesma matéria, a jornalista Laudicéia Fernandes trata do Instituto da Advocacia de Sergipe (Iase), fundado há poucos meses, cujo presidente Sandro Mezzarano explana sobre a importância da entidade para os debates jurídicos no Estado.

Confira estas e muitas outras matérias e boa leitura!

Clóvis Remacre Munaretto

Publisher da Revista Advogados

ADVOGADOS

A REVISTA DOS ADVOGADOS DE SERGIPE

Publisher

Clóvis Remacre Munaretto
clovisremacre@yahoo.com.br

Jornalista Responsável

Laudicéia Fernandes (DRT/SE 945)
laufernandes22@hotmail.com

Projeto Gráfico/Diagramação

Josué Jackson

Diretor Comercial

Clóvis Remacre Munaretto
(79) 99946-3934

Contato Comercial

Celso Alexandre Teixeira
(79) 99946-4556

Conselho editorial

Laudicéia Fernandes
Clóvis Remacre Munaretto
Ivone Freitas Munaretto
Clair de Fátima R. Munaretto Lima

Impressão

Tiragem desta edição:
5.000 exemplares



Diretor executivo

Clóvis Remacre Munaretto

Diretora financeira

Ivone Freitas Munaretto

Remacre Comunicação

Rua Manoel Andrade, 1.795,
Bairro Coroa do Meio
CEP: 49035-530 - Aracaju/SE
Tel.: (079) 99946-3934

L Brasil

R. Deputado Carlos Correia, 399, SL 02
CEP: 49075-160 - Aracaju/SE
CNPJ: 22.589.043/0001-97

Score Artes Gráficas

R. Prof. José de Lima Peixoto, 43 - D.I.A.,
Aracaju-SE
Tel.: (79) 2106-9800/2106-9801
vendas@score.com.br
CEP 49040-510
Insc. Est. 27.050.517-2
CNPJ 13.080.676/0001-84
Insc. Mun. 1992-9

NEM TUDO QUE É **BOM** É CARO

Tenha Unimed
com o valor de
uma coxinha
por dia.

Plano Viver Bem*

a partir de

R\$ **4,80**
por dia



Mande um **WHATSAPP**

79 98825-1395

e saiba mais!

*Faixa etária de 0 a 18 anos.
Consulte valores promocionais para
plano familiar a partir de 02 vidas.



Arquivo Pessoal

Revista Advogados marca presença na posse festiva da OAB/SE

Representando a **Revista Advogados**, o publisher Clóvis Remacre Munaretto participou da posse festiva da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), realizada na tarde de 14 de maio, no Hotel Vidam, na Orla da Atalaia, em Aracaju. O evento proporcionou o encontro do comunicador com Alberto Simonetti, novo presidente da OAB Nacional, de quem Munaretto destacou o bellissimo trabalho realizado à frente dessa grande instituição. Na oportunidade, eles trocaram algumas ideias, que, inclusive, já vêm sendo amadurecidas.



Raphael Faria/TJSE

Juíza Ana Bernadete Andrade é nomeada desembargadora do TJSE

No dia 14 de março, foi realizada a solenidade de posse da juíza Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). A magistrada, promovida pelo critério de merecimento, ocupa a vaga aberta após aposentadoria da desembargadora Maria Angélica França e Souza, ocorrida em novembro de 2021. “Entrei na magistratura há quase 28 anos. (...) Meu compromisso é o fortalecimento do Poder Judiciário, com a distribuição da justiça e aperfeiçoamento da jurisdição, sempre lutando, como já faz o Poder Judiciário, que é uma referência de instituição democrática”, ressaltou a nova desembargadora.

Divulgação



Cezar Brito é agraciado com Medalha Luiz Gama do IAB

O advogado sergipano Cezar Brito recebeu importante homenagem do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB): a Medalha Luiz Gama, desenhada pelo saudoso arquiteto Oscar Niemeyer e destinada àqueles que se destacam na defesa do Estado Democrático de Direito. A honraria foi entregue ao ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional e da OAB/SE por Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, então presidente nacional do IAB, durante evento de inauguração da subseção do IAB em Sergipe, no dia 11 de abril, no auditório da Fanese, em Aracaju.

Lançado livro sobre João Alves Filho

A médica psicanalista e também escritora Déborah Pimentel e o historiador e sociólogo Igor Salmeron, membro do Movimento Cultural Antônio Garcia Filho da Academia Sergipana de Letras (ASL), lançaram o livro “João Alves Filho – A saga de um político nordestino”. O lançamento da publicação que conta a história do ex-governador de Sergipe e ex-prefeito de Aracaju aconteceu no dia 11 de abril, no Museu da Gente Sergipana. Esse é o sétimo livro da também professora e fundadora-presidente do Círculo Psicanalítico de Sergipe, que precisou de cerca de três anos para escrever, em coautoria com Igor Nascimento, a biografia de um dos maiores e mais respeitados políticos de Sergipe. Para catalogar todas as informações, o historiador fez leituras e pesquisas que subsidiaram a obra, uma publicação tão importante para a memória sergipana.

Arquivo Pessoal



Policial lotado em Sergipe assume Ministério da Cidadania

Ronaldo Vieira Bento, agente da Superintendência da Polícia Federal de Sergipe, tomou posse como o novo ministro da Cidadania no governo Bolsonaro, em substituição a João Roma. A cerimônia aconteceu no dia 31 de março, no Palácio do Planalto, em Brasília. Natural de Salvador, na Bahia, Ronaldo tem 45 anos e é formado em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit). Lotado na PF de Sergipe desde 2008, ele desempenhou atividades na Delegacia de Imigração (Delemig) e na Delegacia de Repressão a crimes contra o Patrimônio e Tráfico de Armas (Delepat). Também já exerceu o cargo de ouvidor-geral do Ministério da Justiça, em São Paulo, e ocupou a Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Cidadania até se tornar ministro.

ERRATA

Na coluna Contraponto da edição 12, cujo tema foi “Pais podem ser responsabilizados criminalmente por não vacinarem os filhos contra a Covid-19?”, cometemos um erro. Ao final do texto, não colocamos o devido currículo de Jéssica Alves, autora da opinião contra. Ela é advogada, assessora jurídica do município de Laranjeiras (SE), graduada pela Universidade Tiradentes (Unit), pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Cândido Mendes e pós-graduanda em Direito Público pela Faculdade Guanambi. Pela falha, pedimos desculpas.



OAB/SE entrega 23 carteiras a jovens profissionais

Desde o dia 30 de maio, 22 jovens advogados e um estagiário passaram a integrar os quadros da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). A solenidade de entrega das carteiras aconteceu durante a tarde, na sede da Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe (CAASE). A solenidade de compromisso contou com a presença de Danniel Costa, presidente da seccional sergipana da OAB, que externou alegria em fazer parte daquele momento importante na vida profissional dos jovens advogados. Ele aproveitou a oportunidade para ressaltar que, através da CAASE e da Escola Superior de Advocacia (ESA/SE), a Ordem acolherá a Jovem Advocacia para que este novo ciclo seja próspero.



LAVANDERIA FAROL

CONVENCIONAL ÚMIDO - A SECO

CESTO SEM PASSAR POR PEÇAS

COURO - TÊNIS - CORTINAS TAPETES - EDREDONS

Av. Murilo Dantas, nº 881 - Shopping Farol
Em frente ao farol da UNIT

Farolândia

 lavanderiafarol

*E simples
ser feliz*



Casa de Bolos
Bolos caseiros feitos com carinho

Rua Lagarto, 2076 - Loja 01 - São José | Tel.: (79) 3012-1855
Rua José Carvalho Pinto, 280 - Aracaju Boulevard - Jardins
Tel.: (79) 3023-2722

 /CasadeBolosFranquia

www.casadebolos.com.br



Diom/TJSE

Desembargador Osório Ramos se aposenta

O desembargador Osório de Araújo Ramos Filho alcançou a aposentadoria no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) ao completar 75 anos no dia 22 de maio. Foram 44 anos dedicados à magistratura. Recentemente, ele também recebeu homenagens na Escola Judicial de Sergipe (Ejuse), onde é diretor, na Câmara Criminal e no gabinete dele. A sessão foi transmitida pelo canal TJSergipe, no YouTube, onde ficou gravada.

Ejuse tem a desembargadora Iolanda Guimarães como diretora

A desembargadora Iolanda Santos Guimarães assinou, no dia 31 de maio, a ata de posse como diretora da Escola Judicial do Estado de Sergipe (Ejuse). Ela substituiu o desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, que se aposentou após 44 anos de magistratura. Natural de

Aracaju, a magistrada se bacharelou em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1985 e tomou posse como juíza do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) em 1989. Na ocasião da posse, a nova diretora da Ejuse se reuniu com as coordenadoras de cursos da escola. Na pauta, a continuidade das atividades da instituição, a programação e a implementação de novos cursos e projetos de cada coordenadoria.



Diom/TJSE

Juiz Gilson Félix foi empossado como novo desembargador

Transmitida pelo canal TJSergipe, no YouTube, a sessão solene de posse do juiz de direito Gilson Felix dos Santos como desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) foi realizada na tarde do dia 6 de junho, no auditório José Rollemberg Leite, no Palácio da Justiça. A promoção por unanimidade, pelo critério de antiguidade, aconteceu na sessão administrativa do Tribunal Pleno no dia 25 de maio. O juiz, até então titular do 19ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, também substituiu o desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, que se aposentou.

Assat elege Gabriela Milano como nova presidente

A Associação Sergipana de Advogados Trabalhistas (Assat) realizou eleições para a nova diretoria na manhã de 9 de junho deste ano, na sede da entidade, localizada no Fórum Dantas do Prado, em Aracaju. A advogada Gabriela Milano Loureiro Souza



Arquivo Pessoal

foi eleita presidente para o biênio 2022/2024, tendo como vice-presidente o colega Alceu Castro Ivo. “Depois de tantos anos trabalhando em prol da advocacia trabalhista, fui eleita presidente da maior associação de advogados do Estado de Sergipe, criada em 1982. Só quem milita na Justiça do Trabalho pode entender a importância do dia de hoje. A nossa sede esteve em festa e recebeu os colegas que sabem da relevância do associativismo para o fortalecimento de uma classe. Obrigada a todos aqueles que nos legitimaram com seu voto”, disse a presidente eleita.

Aracaju será sede do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

Prepare-se! Vem aí o Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, que será realizado entre os dias 16 e 18 de novembro deste ano, em Aracaju. O evento foi idealizado pelo conselheiro Flávio Conceição de Oliveira Neto, presidente do Tribunal de Contas de Sergipe (TCE/SE), e terá como palestrantes Luiz Fux, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Bruno Dantas e Antônio Anastasia, estes ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). Outras representações do Controle Externo já foram convidadas e devem ser confirmadas em breve. Assim, Aracaju vai se transformar na Capital do Controle Externo.



VIVA A EXPERIÊNCIA
DE UMA VIDA
COMPLETA.
COMECE AGORA!

LANÇAMENTO



COMPRA AGORA SUA NOVA CASA NO
CONDOMÍNIO FECHADO, NA MELHOR
REGIÃO DA BARRA DOS COQUEIROS



P. OLIVEIRA

VIVA
CONSTRUÇÕES



VALOR
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS



BAIXE
NOSSO
APP

(79) 9 9978-4222 | 9 9985-4222

OAB/SE abre espaço para a discussão de grandes temas

Entidade defende o exercício profissional da advocacia sergipana, bem como os interesses coletivos



DIVULGAÇÃO

OAB Sergipe recebeu a comitiva do Senado que veio ao Estado acompanhar os desdobramentos do Caso Genivaldo

Em pouco mais de cinco meses da nova gestão, a Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) protagonizou importantes pautas não só para a advocacia, mas, também, para a sociedade. Sejam através das audiências promovidas no plenário da instituição ou da participação em reuniões externas, membros da diretoria e das comissões têm atuado no sentido de defender os interesses coletivos, bem como o exercício profissional das advogadas e advogados com atuação no Estado.

Temas como liberdade religiosa, igualdade racial, violência sexual infantojuvenil, vacinação infantil, acidentes domésticos, transtorno do espectro autista, participação da mulher na política, criminalização da LGBTfobia, transplantes em Sergipe, tarifa única, rateio e telemetria cobradas em condomínios, federações partidárias, entre outros, foram amplamente debatidos com a participação de especialistas e da sociedade.

Vale ressaltar, também, nesse período, o esforço dos membros da Comissão de Direito Médico e Saúde da OAB/SE para solucionar a carência de vagas relacionadas ao atendimento dos pacientes infantis em Sergipe, incluindo a escassez de UTIs pediátricas.

Direitos humanos: o Caso Genivaldo

As medidas tomadas pela Ordem em relação ao assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, ocorrido no município de Umbaúba, no Sul sergipano, no dia 25 de maio, durante uma abordagem de policiais rodoviários federais, mostraram coragem, equilíbrio e firmeza na apuração dos fatos.

Logo nas primeiras horas após o ocorrido, a OAB/SE emitiu uma nota pública na qual informava que acompanharia os desdobramentos das investigações “de forma vigilante”. Foi a primeira instituição que se pronunciou sobre o fato, exigindo uma apuração rigorosa.

A Ordem protocolou pedido de providências à Polícia Rodoviária Federal em Sergipe, sugerindo o afastamento imediato dos policiais rodoviários envolvidos no caso. E, no dia 28 de maio, o Conselho Federal e a Seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil publicaram uma nota conjunta, na qual cobraram das autoridades as providências cabíveis com o intuito de preservar as provas, inclusive, medidas cautelares.

A OAB/SE, também, foi recebida pela Dra. Eunice Dantas, procuradora-chefe do Ministério Público Federal (MPF). Além de atualizar o andamento das investigações, a Ordem reiterou a necessidade de preservar as provas com a utilização de medidas cautelares, inclusive, a prisão dos envolvidos.

E, no dia 13 de junho, a OAB Sergipe recebeu a comitiva do Senado enviada a Sergipe exclusivamente para acompanhar os desdobramentos do caso envolvendo a morte de Genivaldo. A comitiva do Senado, liderada pelo senador Humberto Costa, foi recepcionada na OAB Sergipe pelo presidente Danniell Alves Costa. Na reunião, a Ordem apresentou uma pauta com destaque à apresentação de todas as providências adotadas, colocando a instituição à disposição da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, inclusive, quanto às diligências que serão realizadas.



Dra. Gabriela Almeida [*]

SOMA URBANISMO/GOOGLE

Conheça quais são os tipos de meio ambiente

É comum associarmos meio ambiente à natureza. Isso acontece porque, desde a infância, nos são apresentados como meio ambiente elementos naturais, a exemplo de animais, árvores, plantas, rios etc. Observe que o homem é raramente lembrado. Até parece que o ser humano não faz parte do ambiente.

Todavia, meio ambiente é um bem jurídico tutelado, constituído por cinco diferentes tipologias. São elas: ambiente natural, artificial, cultural, do trabalho e patrimônio genético. Especialistas já cogitam o sexto e o sétimo elementos: os ambientes cibernéticos e robóticos.

Antes de falarmos sobre cada um deles, é importante mencionar que essas diferentes tipologias do meio ambiente foram consagradas no princípio do desenvolvimento sustentável quando nos reportamos aos seus três pilares: econômico, social e ambiental. Vejamos como essa interação acontece quando discutimos os conceitos de cada tipo de meio ambiente:

O **ambiente natural**, como o próprio nome diz, é aquele composto por elementos naturais, como florestas, corpos hídricos, flora (vegetação), fauna (animais) e nós, os seres humanos. Já o **ambiente** tido como **artificial** é aquele das coisas que nós, humanos, construímos para viver no meio natural e que passam a interagir e compor a fisiografia da região, da localidade como parte integrante. Neste sentido, estamos falando de obras civis (casas, edifícios, pontes, praças, ambientes públicos, monumentos etc.).

O **ambiente cultural**, por sua vez, pode ser físico, mas está mais voltado às manifestações, sejam elas artísticas, religiosas da arquitetura, da arqueologia, turísticas, paisagísticas que contêm a história de um povo ou de um lugar.

Poucos sabem, mas há, também, o **ambiente do tra-**

balho, que é a nossa segunda – ou, para muitos, primeira – casa. E há, ainda, o **ambiente do patrimônio genético**, que se refere ao desenvolvimento de pesquisas científicas de cunho genético, como transgênicos, células-tronco, fertilização in vitro, bancos de germoplasmas e muitos outros.

Com o advento da tecnologia, tem-se, também, o **ambiente cibernético** (virtual) chamado de quinta dimensão, que tem seu contexto tutelado. Além disso, há o **ambiente robótico**, pois já se fala até em robótica sustentável.

E mais: não podemos esquecer que o meio ambiente também compreende recursos e fenômenos físicos, como água, ar e clima, assim como energias, radiação e magnetismo.

Para concluir, saliento a importância de, ao analisar aspectos relacionados ao meio ambiente, que sejam observadas as tipologias e suas interações, e os aspectos sociais e econômicos a ele relacionados, porque eles estão diretamente conectados.

[*] Dra. Gabriela Almeida é formada em Química e Saneamento Ambiental, especialista em Gestão Ambiental e Licenciamento Ambiental, e mestre e doutora em Biotecnologia Industrial.

Rua Minervino de Souza Fontes, 150,
Bairro Salgado Filho, Aracaju-SE
(79) 99893-4227 (WhatsApp)
www.gabrielaalmeidaconsultoria.com.br
contato@gabrielaalmeidaconsultoria.com.br
/gabrielaalmeidaconsultoria
@gabrielaalmeidaconsultoria

“Nos inventamos e nos reinventamos”

Em seu segundo mandato, o juiz Roberto Alcântara, presidente da Amase, destaca as ações já realizadas e a celebração pelos 50 anos da entidade

POR LAUDICÉIA FERNANDES

Neste 2022, no dia 31 de julho, a Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase) completa 50 anos. Atualmente, a entidade conta com o olhar e o fazer competente de um jovem juiz no auge de seus 42 anos. Roberto Alcântara de Oliveira Araújo, que está no segundo mandato à frente da instituição, foi reeleito para o biênio 2022-2024. É ele que figura nestas páginas, fazendo uma análise da gestão dele e destacando as comemorações pelo cinquentenário da Associação.

Formado em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac) há duas décadas, Roberto Alcântara nasceu na Capital de Alagoas e tornou-se magistrado há 13 anos. É juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ/SE), titular da Comarca de Itabaianinha, no Interior sergipano. Desde 2018, é mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (Prodir/UFS). Além disso, possui especialização em Direito Civil pela Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (2004) e em Processo pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (2005).

Associado à Amase desde 2009, atuou por seis anos – três gestões consecutivas – como vice-presidente. Na vida pessoal, é casado com a médica Lydianne Lumack



do Monte Agra, com quem tem dois filhos: Eduardo, 6 anos, e Maurício, 3 anos. A seguir, confira a entrevista exclusiva concedida à **Revista Advogados**.

Revista Advogados – Fazendo um breve relato e também uma prestação de contas, como o senhor analisa sua administração e quais os principais feitos que poderiam ser destacados?

Roberto Alcântara – É notório que a sociedade vem passando por profundas mudanças nos últimos tempos, especialmente em 2020, 2021 e agora 2022 (anos da pandemia de Covid-19). E foi nessa dinâmica que a Diretoria da Amase traçou seu curso. Nos posicionamos de forma firme pelas medidas preventivas ao contágio da Covid-19 no âmbito do Poder Judiciário sergipano. Defendemos o teletrabalho e o Juízo 100% Digital, debatemos a reforma do Código de Organização Judiciária e Regimento

Interno, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a necessária criação de novas vagas no primeiro e segundo grau de Jurisdição. Apoiamos ações como a Campanha Sinal Vermelho, a Casa da Mulher Brasileira, dos Homens no Combate à Violência Doméstica, da Justiça Restaurativa, das crianças e adolescentes. Promovemos campanhas de arrecadação de cestas básicas e material de higiene pessoal para pessoas necessitadas e unimos esforços com outras associações para aquisição de EPIs [Equipamentos de Proteção Individual] para o Hospital e Maternidade Santa Isabel. Nos reinventamos com lives acadêmicas com o [ex-]ministro Carlos Ayres Britto. Além disso, reali-



“Buscamos, com a reforma [da sede], resgatar o sentimento de pertencimento da Amase a cada um dos, hoje, 222 magistrados/ associados”

zamos o Congresso Colaborativo de Práticas Jurídicas, o Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (Enajun) e o curso de Metodologia da Pesquisa Jurídica. Enfim, nos inventamos e nos reinventamos.

Revista Advogados – A Amase está de “casa nova”, tendo sido reformada e inaugurada recentemente. Sem dúvida, um marco em sua gestão. Cite os benefícios que essa obra traz para os magistrados associados.

Roberto Alcântara – Nossa sede contava com mais de 20 anos sem grandes mudanças em sua estrutura e mobiliário. Como mais um evento e marco do cinquentenário, buscamos, com a reforma, resgatar o sentimento de pertencimento da Amase a cada um dos, hoje, 222 magistrados/associados. Buscamos exaltar a sergipanidade com obras de artistas locais, retratando nossa cultura. A realização da obra em tão curto espaço de tempo foi fruto da economia das contribuições associativas realizada nos dois anos de pandemia (quando eventos presenciais deixaram de ser realizados) e contou com o engajamento e o compromisso de muitas pessoas. A Amase que se projeta para os próximos anos é fruto da contínua união e participação de todos os seus associados (da ativa ou aposentados, titulares ou substitutos, do primeiro grau ou do segundo grau). É um legado que se materializa com a entrega da nova, bonita, confortável e funcional sede. Que seja palco e cenário de ações e ideias que promovam a defesa incansável dos direitos, das prerrogativas e independência da magistratura sergipana. Que seja o que idealizaram seus 33 fundadores: a Casa da Magistratura!

Revista Advogados – Três novos e jovens juizes substitutos foram empossados em maio deste ano. Como o senhor avalia essa renovação na magistratura do Estado?

Roberto Alcântara – O ingresso de novos magistrados é sempre importante para manutenção da qualidade da atuação do Poder Judiciário Sergipano, nacionalmente reconhecida. Os juizes substitutos vêm para completar o quadro vago com a aposentação de alguns juizes e desembargadores e trazem na bagagem para somar seus estudos jurídicos, suas experiências de vida e uma imensa vontade em contribuir para a prestação jurisdicional célere e eficiente. São muito bem-vindos e, mesmo em pouco tempo, já demonstram boa capacidade de trabalho. Ganha a população sergipana.

Revista Advogados – No dia 31 de julho, a Amase completa 50 anos de existência. As comemorações já começaram com algum tipo de atividade? Qual a programação prevista para celebrar o cinquentenário da Associação?

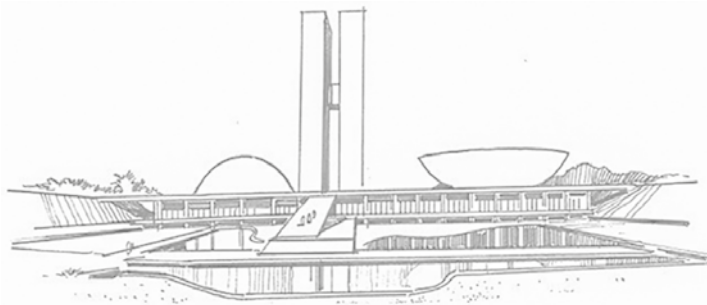
Roberto Alcântara – Comemorar os 50 anos da Amase em 2022 é reconhecer o trabalho e a dedicação dos magistrados sergipanos que fizeram essa história

e aproximar mais e mais a Associação da sociedade. Programamos vários eventos comemorativos do Cinquentenário. Em abril, plantamos 50 mudas de árvores no Parque da Sementeira, em Aracaju, simbolizando cada ano da Amase, e foram plantadas com os nomes dos magistrados fundadores ainda vivos, dos ex-presidentes da Amase e de autoridades e personalidades sergipanas. Agora em junho, reinauguramos a sede da Amase. Em agosto, teremos os Jogos Nacionais da Magistratura, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), quando receberemos, aproximadamente, 1.000 juizes de todo o País e comemoraremos nossos 50 anos.

Revista Advogados – Qual sua análise quanto ao fato de Aracaju ser a sede dos IX Jogos Nacionais da Magistratura e à importância desse evento esportivo? Quais suas expectativas sobre a participação dos magistrados de Sergipe na competição?

Roberto Alcântara – A pequena Amase, com seus 222 associados, comparada aos mais de 14 mil associados da AMB, lançou candidatura para receber os jogos nacionais que estavam programados para maio de 2020. Com a pandemia de Covid-19, os jogos foram suspensos e, depois, remarcados para agosto deste ano. É uma excelente oportunidade de confraternizar, unir e competir com magistrados de todos os Estados do País. E o espírito é o de mostrar todo o acolhimento e simpatia do povo sergipano e de mostrar o que Sergipe tem de mais belo em paisagens naturais, infraestrutura, culinária e cultura. Ganhar ou perder faz parte do esporte, mas o importante é a união e a confraternização. Junto com os jogos, a AMB e Amase promoverão aqui, no período, ações sociais, como a promoção da Campanha Sinal Vermelho de combate à violência doméstica, realizaremos as reuniões ordinárias com todos os presidentes de Associações do País.

Os magistrados sergipanos estão treinando para buscar mostrar nos campos, quadras e pistas seu valor. Acredito que temos chances de medalha no vôlei feminino, beach tennis e basquete masculino. Mas podemos ter mais boas surpresas.



Marcelo Montalvão Machado [*]

Luiz Silveira / CNU

Ministra Maria Thereza de Assis Moura será a próxima presidente do STJ

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elegeu a ministra Maria Thereza de Assis Moura e o ministro Og Fernandes para os cargos de presidente e vice-presidente da Corte no biênio 2022-2024. Os dois também assumirão o comando do Conselho da Justiça Federal (CJF). A posse da nova gestão ocorrerá ainda no mês de agosto.

STF terá a ministra Rosa Weber como a próxima presidente

A ministra Rosa Weber assume o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de setembro, quando também será empossado o ministro Luís Roberto Barroso para o cargo de vice-presidente. Weber será a sucessora do ministro Luiz Fux na presidência da Corte e dirigirá o Tribunal até outubro de 2023.

STJ decidirá se professores de tênis precisam ser inscritos em Conselho de Educação Física

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu afetar os Recursos Especiais 1.966.023, 1.959.824 e 1.963.805, de relatoria do ministro Herman Benjamin, para julgamento pelo rito dos repetitivos. A questão submetida a julgamento está cadastrada como Tema 1.149 na base de dados do tribunal: “Definir, à luz dos artigos 2º, III, e 3º da Lei 9.696/1998, se os professores, instrutores, técnicos ou treinadores de tênis devem ser inscritos no conselho profissional da classe dos profissionais de educação física”.

Nelson Jr./ISCO/STF



A Presidência do TSE será ocupada pelo ministro Alexandre de Moraes

O ministro Edson Fachin ficará à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apenas até agosto, quando se encerra o período dele de dois anos na corte eleitoral. Desse modo, Fachin será substituído pelo ministro Alexandre de Moraes. É Moraes, portanto, quem conduzirá as eleições deste ano. Ele ficará à frente da corte eleitoral até junho de 2024. Na foto, os ministros Alexandre de Moraes (à esquerda) e Edson Fachin.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



STJ suspende decisão que exigia licenciamento de veículos em papel moeda

Humberto Eustáquio Soares Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu liminar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que determinava a volta do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) impresso em papel moeda. A pedido de entidades representativas dos despachantes de Santa Catarina, a decisão do TRF-4 invalidou as normas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que instituíram o documento digital e permitiram sua impressão em papel simples pelo próprio dono do carro. Ao suspender a liminar, Humberto Martins considerou que a volta do documento em papel moeda, substituindo o documento digital adotado pelo Contran, representaria lesão à economia pública, por gerar despesa anual superior a R\$ 603 milhões.

STF invalida norma que permitia o exercício de funções e controle externo por comissionados

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais normas do Estado de Sergipe que criavam cargos em comissão na estrutura do Tribunal de Contas local (TCE/SE) sem a descrição em lei das atribuições a serem exercidas ou conferindo a eles funções típicas de servidores efetivos. O relator da ação, ministro Edson Fachin, lembrou que, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1041210 (Tema 1.010 da repercussão geral), o STF estabeleceu que os cargos em comissão se destinam a funções de direção, chefia e assessoramento, e não ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais. Assentou, ainda, que as atribuições devem estar descritas de forma clara e objetiva na lei que os instituir. De acordo com o relator, ao criar cargos em comissão para desempenho de atividades típicas de cargos efetivos, a norma ofende os incisos II e V do artigo 37 da Constituição, que impõem, como regra, o ingresso na administração pública por concurso e, apenas excepcionalmente, por cargo em comissão.

[*] Marcelo Montalvão Machado é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduado em Direito Eleitoral pela Escola Superior da Advocacia do Distrito Federal (ESA/DF), advogado e sócio-fundador do escritório Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia. E-mail: marcelomontalvao@ayresbritto.com.br

NÃO SEJA SURPREENDIDO, PROTEJA SEU BEM!

Por um custo reduzido,
sua residência habitual
ou casa de veraneio
ficam seguras contra os
principais eventos de risco.

SEGURO RESIDENCIAL

PEÇA JÁ UMA COTAÇÃO!



OCEANO
SEGUROS



(79) 99981-3864



@oceanosegurosaju



oceanosegurosaju@hotmail.com



Cláudio Nunes [*]

Brasil à beira do inferno?

BOLSONARO, OBSESSÃO PELO PODER E UMA GUERRA CIVIL

Se o leitor desejar, pode chamar este jornalista de louco ou até mesmo de maquirar teorias conspiratórias. Porém, a preocupação é enorme com a obsessão do presidente de extrema-direita em tentar passar para a população que o sistema eleitoral é uma fraude. E não adianta lembrar que Bolsonaro e seu clã ganharam diversas eleições com este mesmo sistema de urnas eletrônicas. Quando o gado mastiga o capim dado pelo genocida, ninguém tira mais da cabeça dele.

Este jornalista lembrou um livro que leu há muito tempo e tem um exemplar raríssimo, da primeira edição (1936 – Cruzada da Boa Imprensa/Rio), “Espanha em Sangue – o que vi e sofri”, de Soares d’Azevedo, jornalista e escritor que estava em Madrid (trabalhando para o então Correio da Manhã) quando foi iniciada a guerra civil (1936/1939), que culminou com a vitória dos extremistas de direita comandados pelo general Francisco Franco, que impôs ao país a repressão através de uma ditadura que prosseguiu até 1975, ano de sua morte.



“Guernica”, uma das obras mais famosas de Pablo Picasso, pintada a óleo em 1937, é uma “declaração de guerra contra a guerra e um manifesto contra a violência”

Soares d’Azevedo soube narrar como ninguém no livro o que o povo espanhol estava passando, contando, também, seu sofrimento na Madrid do terror instalado e a guerra civil que dividiu por três anos a Espanha. Soares d’Azevedo chegou a ser preso, sendo salvo pelo consulado brasileiro.

No prefácio do livro do jornalista e escritor, o padre jesuíta, filósofo, teólogo e educador Huberto Rohden, diretor da Cruzada da Boa Imprensa, deu uma amostra do pensamento marcante dele que assinalou seus livros. Huberto citou Dante e o genial “Inferno, Purgatório e Paraíso” para comparar com a chegada de Soares d’Azevedo ao Brasil após “escapar” da guerra civil espanhola:

Eis o homem que voltou do inferno!...

Eis o homem que passou transe horrorosos por entre o toar da artilharia, o crepitar da metralha, a saraivada das carabinas...

Eis o homem que fugiu de um hotel em ruínas, por sobre cadáveres esfrangalhados; o homem que se atirou de bruços no chão e, de rojo, conseguiu atingir a embaixada brasileira em Madrid...

Eis o homem que gemeu no fundo do escuro calabouço, que se viu diante dos canos de fuzis, que se despediu da vida e estoicamente aguardava morte violenta...

Eis o homem que assistiu ao incêndio de dezenas de templos e viu sacerdotes e religiosas transformados em tochas vivas, como nos tempos de Nero...

A hora que passa é extremamente grave também para o Brasil. Soares, em 1936, já antevia que o então presidente Getúlio Vargas iria instalar o Estado Novo em 1937, através de um golpe de Estado.

Este livro citado é uma narração de fatos verídicos neste momento delicado que passa o Brasil.

A obsessão de Bolsonaro pelo poder pode levar a tudo: desde a negação da derrota eleitoral à tentativa de golpe que pode levar a uma guerra civil, já que ele, com o discurso de armar a população, acabou montando uma milícia armada em defesa dos seus devaneios ditatoriais.

[*] Desde maio de 2006, Cláudio Nunes tem um blog no Portal Infonet. Atua no jornalismo de Sergipe há 27 anos, passando pela Gazeta de Sergipe, Jornal da Manhã, Diário de Aracaju, TV Sergipe e Jornal do Dia. Radialista e jornalista, em dezembro de 2016, publicou o livro “Liberdade de Expressão”.



Rodolfo Siqueira [*]



Evellin Paesante Siqueira [**]

O efeito reverso do contencioso:

Lollapalooza, Backlash e Streisand

No último mês de março, aconteceu aqui no Brasil, na cidade de São Paulo, o grande e renomado festival de música Lollapalooza Brasil 2022. Este festival reúne um grande público, rico em diversidade, e conta com a apresentação de diversos artistas representantes dos mais variados estilos musicais. Durante as apresentações, alguns deles se manifestaram politicamente em cima do palco, a favor e contra pretensos candidatos que virão a concorrer na próxima eleição. A repercussão dessas manifestações levou o partido político do atual presidente da República, Partido Liberal (PL), a ingressar com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de coibir a repetição de tais manifestações, por entender que estas feitas durante o festival se enquadrariam como propaganda eleitoral antecipada.

Atendendo ao pedido do PL, Raul Araújo, ministro do TSE, proferiu decisão liminar, proibindo que artistas se manifestassem durante as apresentações no Lollapalooza de forma ostensiva e extemporânea, a favor de qualquer candidato ou partido político.

Ocorre que, após a decisão de proibição do TSE, tal ato repercutiu fortemente, sobretudo na internet, gerando uma crítica massiva à decisão judicial, advinda por parte dos artistas, de seus fãs e da população em geral, que questionaram e não aceitaram a proibição, o que acabou culminando num efeito reverso ao pretendido com a judicialização do tema.

Além da forte reação popular, houve uma reper-

cussão ainda maior sobre aquilo que se queria censurar. Esse fato nos leva a refletir se foi uma boa estratégia jurídica ter levado o caso para o contencioso.

Observa-se, no presente caso, um flagrante exemplo do efeito backlash, na medida em que, após uma decisão do Poder Judiciário, há uma intensa reação popular, desaprovando a decisão, que gera uma grande onda de críticas nas redes.

No mesmo caso, é possível verificar também a presença do “efeito Streisand” (Streisand effect), fenômeno no qual a tentativa de ocultar, censurar ou remover algum tipo de conteúdo, acaba chamando ainda mais atenção para ele, tendo como consequência o efeito contrário ao pretendido.

Vale dizer: antes da judicialização, é preciso reflexão. Importa dizer que não estamos sugerindo um abandono da arena judicial como espaço de luta para a implementação de direitos. Mas trata-se, sem dúvida, de um fator a ser levado em conta no planejamento dos litígios estratégicos, não um fator decisivo e absoluto.

Os holofotes sobre o campo judicial foram alterados, assim como devem ser alteradas as variáveis em torno do processo judicial. Fica a reflexão.

Até a próxima!

[*] Rodolfo Siqueira Pinto é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduado em Direito e Processo Civil e em Direito do Estado; sócio-fundador do escritório Siqueira Pinto Advogados; presidente do Instituto de Direito Público de Sergipe (IDP/SE), membro fundador do Instituto Sergipano de Direito Eleitoral, professor, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), palestrante e colaborador de eventos e obras jurídicas.

[**] Evellin Paesante Siqueira é advogada, graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit), pós-graduanda em Direito Eleitoral pelo Instituto Maranhense de Defesa do Consumidor (Imadec) e membra da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SE – triênio 2022/2024.



Prêmio em homenagem a juristas de Sergipe acontecerá em novembro

Oferecida pela **Revista Advogados**, a honraria é uma medalha a ser batizada com o nome de um dos mais importantes profissionais do Direito do Estado

Na edição passada, a **Revista Advogados** anunciou, ainda em formato embrionário, o lançamento do Prêmio Destaque do Judiciário, que acontecerá neste 2022. Agora, o projeto idealizado por Clóvis Remacre Munaretto, diretor e publisher deste periódico trimestral, começa a ganhar corpo. Já está definido, por exemplo, que a homenagem aos operadores do Direito em Sergipe será realizada em novembro. O local, por sua vez, será divulgado em breve.

Segundo Clóvis Munaretto, 20 juristas, entre advogados, procuradores e magistrados, serão escolhidos para receber a comenda, uma medalha que ostentará o nome de um dos mais ilustres e relevantes profissionais do universo jurí-

dico sergipano, a ser revelado somente na próxima edição da Revista. Vale ressaltar que a entrega da medalha é uma forma de valorizar a advocacia sergipana e os demais juristas, destacando e reconhecendo os serviços prestados por eles em prol da sociedade, da democracia e do bem comum.

“Quanto à escolha dos juristas a serem homenageados, estamos fazendo pesquisas que possam apontar nomes de grande relevância para o Direito no Estado. Inclusive, já surgiram alguns. Mas, também, estamos abertos a sugestões”, afirma Munaretto. Difícil vai ser escolher apenas 20 representantes entre tantos nomes que se destacam no Judiciário sergipano.



Vem aí
a maior publicação
GASTRONÔMICA
de Sergipe

REVISTA
Degustar
SERGIPE BAHIA ALAGOAS



(79) 99946-3934





@valorimobiliaria

VALOR Recomendo

Aluga rápido, fácil e sem burocracia

P. GUERINHO



Edma Araújo

Alugou
minha casa
em **2h!**

Fiquei Surpreso!
Menos de **30 dias**
alugou meu imóvel.



Antonio Carlos Araújo



Zélia Cardoso

Alugou em
menos de
30 dias!

Anunciou, em menos de
2h já apareceu interessado
e foi alugado em Record.



Alex Stevam

(79) 9 9850-5222 | 3226-4222
www.valorimobiliaria.com.br



VALOR
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS



BAIXE
NOSSO
APP



Prédio da Alese, uma das Casas das Leis de Sergipe, foi modernizado e totalmente reestruturado nos últimos anos, garantindo mais segurança para servidores e visitantes

Os avanços do Poder Legislativo em Sergipe com mais de mil leis aprovadas

Para tanto, Alese conta com o deputado estadual Luciano Bispo na presidência há quatro mandatos consecutivos

A independência dos poderes é, sem dúvida, uma das máximas fundamentais da democracia. E toda democracia só é possível com liberdade e respeito. É dessa forma que, há 40 anos, o deputado estadual Luciano Bispo, presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), constrói a própria vida pública. Ele a baseia em uma história política pautada pelo diálogo, respeito e resolutividade para um dia a dia melhor para os sergipanos.

Em 1982, os planos de Luciano Bispo eram seguir os pas-

sos do pai e ser um empresário em Itabaiana, cidade no Agreste Central sergipano. O jovem Luciano até tentou – e se saiu muito bem, frise-se –, mas a política estava no sangue dele.

Trajetória política

Foi quando Zeca Araújo e Álvaro Fonseca tiveram as candidaturas impugnadas a prefeito de Itabaiana que Luciano assumiu o primeiro desafio político ao se candidatar à Prefeitura daquele município. A primeira experiência não foi bem-sucedida, mas serviu para que o político inato descobrisse a verdadeira vocação. Apesar da derrota, não se deixou desanimar e seguiu a empreitada hábil e inerente a ele: o diálogo. Uniu forças, formou um sólido grupo e conseguiu eleger Antônio Carlos Valadares, Djalma Lobo e José Queiroz, respectivamente, governador, deputado estadual e deputado federal.

Em 1988, Luciano concorreu novamente à Prefeitura

Luciano Bispo tem 40 anos de vida pública e, como deputado estadual, muito tem feito à frente da Alese





No plenário da Alese, Luciano Bispo conta com a ajuda dos demais deputados estaduais para aprovar as leis de interesse do Estado

com a chapa “Progresso com Liberdade” e venceu. Então, começou a construção de uma nova Itabaiana, transformando a cidade que tanto ama. Destaque que ele exerceu quatro mandatos como prefeito. Em seguida, foi eleito deputado estadual por três vezes, sendo o presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, cargo que ocupa há oito anos, o equivalente a quatro mandatos consecutivos.

Ressalte que a habilidade política de Luciano é posta à prova todos os dias. E ele tem se superado e colocado em prática essa habilidade ainda mais intensamente agora do que no início da carreira. Prova disso é que, na Alese, as portas dos gabinetes estão sempre à disposição. Pediu audiência; ele atende. Luciano é prático. Se pode, faz e auxilia; se não pode, as cartas ficam postas e expostas. De movimentos políticos, categorias e comissões de concurso ao Poder Executivo, o presidente da Alese mantém o diálogo, mostrando liderança com perfil apaziguador. Humilde, com características simples e valores aprendidos na infância, mostra que a parceria vai além do Poder. Demonstra a preocupação com o regime jurídico do Estado para bem atender o povo.

Luciano Bispo é um político que surpreende. Nas dependências do 7º andar do verdadeiro poder do povo, ele se faz representante escolhido de fato e de direito. Faz o olho no olho, sem subterfúgios. A cada visita ou ação, garante ao público a igualdade, o respeito, a democracia e a atenção natural dos bem-educados.



Casa das Leis

O norte de gestão de cada instituição pública deve ser respeitado. O gestor máximo, por sua vez, deve zelar pelo cidadão, pelos que compõem e trabalham para manter a estrutura de qualquer administração, cujo objetivo seja servir ao povo, respeitando os princípios da legalidade, da moralidade e da administração pública eficaz e eficiente. Foi seguindo esses princípios que Luciano realizou melhorias estruturais, dialogou com representantes de instituições e respeitou como se deve cada decisão judicial, sem deixar de fazer o melhor pelo povo. Nesses oito anos à frente da Alese, trabalhou de forma democrática interna e externamente.

Logo no início do primeiro mandato como presidente, Luciano se preocupou em manter em dia o salário dos servidores públicos e, sempre que possível, antecipar os recursos para os trabalhadores. Na gestão dele, inclusive, foi feito o primeiro concurso público da história do Poder Legislativo sergipano, com todos os servidores aprovados e já convocados. Desse modo, tornaram-se efetivos com plano de carreira, qualificação profissional, auxílio-alimentação e auxílio-saúde.

É um fato: Luciano imprime a marca da transparência na Presidência da Alese. Começou pela Comunicação, um dos grandes investimentos na gestão dele. Para tanto, transformou a TV Alese em emissora aberta, a fim de que a população pudesse acompanhar o trabalho dos parlamentares nas sessões plenárias. Além disso, investiu no site, dando mais acesso às informações, e ampliou a Agência de Notícias. Também dinamizou as redes sociais e criou uma comissão para a implantar a Política de Comunicação Institucional, que é baseada nos princípios da Comunicação Pública, cujo projeto de lei está em tramitação no Congresso Nacional. E mais: desenvolveu projetos na programação da emissora, que valorizam a identidade sergipana e cultural da população.

E não para por aí. Foi criado o Portal da Transparência, muito bem avaliado pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), local já disponível na internet, onde a população pode consultar desde os atos do poder aos resultados de processos licitatórios, despesas, leis ordinárias e complementares, Regimento Interno da Assembleia, projetos de lei, a Constituição Estadual, entre outras informações que envolvem as mais de mil leis aprovadas naquela instituição – muitas dessas aprovações sob o comando de Luciano Bispo.

Luciano Bispo sempre esteve no meio das grandes lideranças de Sergipe, a exemplo dos políticos Benedito Figueiredo, João Alves Filho, Albano Franco e José Carlos Machado



Como prefeito de Itabaiana, Luciano Bispo sempre caminhando ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva

Também foram criadas a Rádio Alese e a Procuradoria Especial da Mulher – esta proposta pela deputada estadual Gorette Reis e que, a cada ano, se aproxima mais dos sergipanos. A Ouvidoria, por sua vez, é um canal direto de comunicação, através do qual qualquer pessoa pode

fazer críticas, elogios ou reclamações.

Além disso, há a Cia. de Arte Alese, diretamente ligada à Escola do Legislativo, cujo objetivo é, através do teatro, fazer com que todos conheçam a função da entidade, os direitos e deveres dos cidadãos. E, para que tudo isso fosse do conhecimento de todos, a Alese desenvolveu campanhas publicitárias, convidando os sergipanos a participarem das sessões plenárias e das audiências públicas, a se fazerem presentes nas decisões da Casa do Povo, incentivando toda a sociedade a desempenhar o papel de cidadão, aproximando, assim, a Assembleia do povo.

Investimentos estruturantes

A assinatura de Luciano Bispo também consta em investimentos estruturantes para a Alese. Prova disso é a reforma do prédio, fruto do inconformismo do presidente diante do estado físico da fachada, que colocava em risco a vida de quem passava nas calçadas da instituição e a dos funcionários que entravam e saíam todos os dias do edifício. E não foi apenas a parte estética da Alese a ser reformada. Uma nova concepção foi dada à estrutura, dentro e fora, além do que toda a parte elétrica foi refeita.

Na área da Educação, a Escola do Legislativo de Sergipe (Elese) “Deputado João de Seixas Dória”, criada na estrutura da Alese através da Resolução de 22 de setembro de 2003, foi restaurada no primeiro ano de gestão de Luciano Bispo, em 18 de julho de 2015. Na verdade, a restauração da Elese foi iniciada na gestão anterior, mas foi finalizada e entregue à população no início da gestão do itabaianense.

Vale destacar que todos os processos de qualificação que a Elese faz são referenciados e zelam pelos princípios básicos de que um povo só será dono de si através da educação. Por isso, investir na ampliação da Escola do Legislativo de Sergipe é uma das marcas deixadas pela Alese, porque gera parcerias entre as escolas públicas, amplia a criação de Escolas do Legislativo nos municípios,

capacitando também servidores da Alese, de câmaras municipais e de toda a sociedade, através de cursos gratuitos sobre os processos administrativos e jurídicos do Poder Legislativo e outras temáticas.

Legislação

Um dos principais objetivos do fazer da Alese também é destaque desde 2015 sob a gestão de Luciano Bispo. A atualização, modernização de um setor jurídico com segurança faz um Estado avançar em diversos setores. A carcericultura em Sergipe, por exemplo, existia sem formalização ou segurança jurídica. Todavia, depois da aprovação da lei pelos deputados e da sanção do governador, o segmento tem perspectiva de crescimento substancial. A previsão é de que, em dez anos, a atividade protegida pela Lei Estadual 8.327/2017 será a mais rentável do Estado, gerando renda e emprego no Baixo São Francisco e onde mais o camarão seja o meio de vida de muitos.



Luciano Bispo foi o primeiro parlamentar de Sergipe a receber a Medalha Exército Brasileiro

Mais recentemente, foi aprovada a Lei 8.980, de 10 de fevereiro de 2022, que trata do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul de Sergipe. Ela permite a flexibilização da legislação anterior, respeita o meio ambiente, mas cria a possibilidade de crescimento da comunidade local e de quem deseja investir. Antes, não havia segurança jurídica que permitisse o desenvolvimento.

A fim de auxiliar no desenvolvimento do zoneamento costeiro e no avanço do turismo, a Alese prepara um Termo de Referência para a contratação de uma empresa que possa auxiliar nesse desenvolvimento, seguindo a diretriz do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PDSS), projetado pela Alese. O setor turístico foi apontado como grande futuro indutor da economia do Estado, mas diversos fatores impactam de forma negativa, impedindo o desenvolvimento. Exemplos? A insegurança jurídica para a exploração sustentável do



É na esposa Roseli Andrade que Luciano Bispo encontra inspiração e apoio para os desafios do dia a dia

litoral, a insuficiência de dados do diagnóstico socioambiental nas áreas litorâneas, seja de proteção ambiental ou não, nas regiões Sul, Central e Norte de Sergipe, como a existência da Reserva Biológica

Santa Isabel, que abrange larga extensão territorial, bem como de regiões denominadas como quilombolas. A Alese prepara um documento sustentável em que a economia dialogue com o meio ambiente e o turismo possa avançar em Sergipe, gerando resultados socioeconômicos para a população.

Além disso, através da Lei 8.760 de 2020, as divisas sergipanas passaram a ter uma Defesa Sanitária Vegetal para aferir a qualidade dos produtos que entram e saem de Sergipe. E mais: por iniciativa de Luciano Bispo, em 2021, a Alese instituiu a Lei 8.866, um marco na administração pública, que garante o Programa de Integridade nas empresas que se relacionam com a administração pública direta e indireta, com ou sem dispensa de processo licitatório. “O Programa de Integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Sergipe”, explica o deputado Luciano Bispo. Os limites são iguais ou superiores a R\$ 1 milhão para obras e serviços de engenharia e de gestão, e de R\$ 600 mil para compra e serviços.

O estadista

Luciano Bispo pensa no futuro do cidadão sergipano. E foi assim que idealizou o Plano de Desenvolvimento

Sustentável de Sergipe (PDSS), um projeto a médio e longo prazos, um alicerce seguro para Sergipe crescer com planejamento. Para tanto, a Fundação Dom Cabral, uma escola de negócios, referência internacional, foi convidada para dar esse direcionamento, baseando-se nas potencialidades de cada um dos 75 municípios do Estado. A fim de dar conhecimento à população sergipana, um Fórum Itinerante percorreu os municípios sergipanos e se mantém à disposição de todos com apoio técnico.

Outro projeto de semelhante envergadura é o Pesquisa e Inovação, que, através de uma parceria com as universidades sergipanas, fomenta e divulga a produção científica das instituições do Estado. Com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), já foi assinado um acordo de cooperação para ampliar, ainda mais, o escopo do Plano, mostrando para a população o resultado da pesquisa realizada pela instituição superior e, como esse trabalho, pode contribuir com a sociedade e alavancar o desenvolvimento socioeconômico de Sergipe.

Prático, direto e objetivo, Luciano Bispo, junto a seus pares, a exemplo de Francisco Gualberto, vice-presidente da Alese, do primeiro secretário Jefferson Andrade, do segundo secretário Luciano Pimentel, da terceira secretária Maisa Mitidieri, do quarto secretário Doutor Samuel e dos demais parlamentares, tem feito a Alese avançar como nunca, seja na gestão administrativa ou na legislação estadual. Desse modo, fortalece o regime jurídico, que beneficia toda a sociedade, promovendo a segurança jurídica, inclusive, para quem chega de fora querendo investir no Estado, como foi o exemplo da carcinicultura.

Com tantos feitos após quatro décadas de vida política, Luciano Bispo de Lima, o filho de Zezé de Bevenuto e de Mariazinha, casado com Roseli, pai de Luíza, Duda e Lucianinha, é, sem dúvida, um homem realizado, respeitado e querido por muitos. Aos 68 anos, com ideias renovadoras e modernas, tem muita história de dedicação política e de gestão pública para contar e realizar, além de um coração cheio de amor pela família, por sua terra, Itabaiana, e por todo o Estado de Sergipe.



Flashes históricos de Luciano Bispo em várias campanhas políticas, seja para prefeito de Itabaiana ou para deputado estadual. Nesses eventos, sempre com o amigo inseparável, o ex-governador Jackson Barreto. Já o plenário do Legislativo sergipano foi sempre extensão da casa dele.

Políticos e autoridades destacam a liderança e a capacidade de dialogar de Luciano Bispo

ASCOM/ASN



“Sempre digo que ninguém governa sozinho, e o apoio dado pela Assembleia Legislativa de Sergipe, na figura do presidente Luciano Bispo, tem sido fundamental nos avanços que conseguimos chegar na nossa gestão. Em seus 40 anos de vida pública, sendo quatro vezes prefeito de Itabaiana, três mandatos como deputado estadual e oito anos como presidente da Casa Legislativa, Luciano tem deixado sua marca de forma decisiva na história política de Sergipe. Pensando sempre no “povo que eu quero bem, povo que me quer bem”, como ele gosta de destacar, tem conduzido o Parlamento de forma democrática, garantindo o respeito de todos e sempre atuando em prol dos interesses dos sergipanos.”

Belivaldo Chagas, governador de Sergipe

ASCOM TJ/SE



“O deputado Luciano Bispo constitui um patrimônio da política sergipana. Um homem que tem exercido a presidência da Alesse de forma democrática, acolhendo a todos e divulgando a cultura. Revela, assim, como se trata a democracia no exercício pleno da presidência do Poder Legislativo. Nesses períodos em que tem repetido a sua participação como deputado e que tem presidido a Assembleia, tem dado mostra suficiente de que é um democrata e exerce o poder que é símbolo da democracia com muita sapiência e sabedoria.”

Edson Ulisses de Melo, presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE)

DIVULGAÇÃO



“Líder que construiu uma bem-sucedida carreira política a partir dos embates em defesa da democracia, Luciano Bispo cresceu e se afirmou nos Poderes Executivo e Legislativo. Desde que assumiu a chefia do Parlamento, mudou completamente a imagem da Alesse. Líder e bom gestor, fez do Legislativo um locus que honra a dignidade e a moralidade da gestão pública. Abriu as portas da Assembleia para a troca de ideias, intensificando as oportunidades de manifestação dos representantes dos Poderes Executivo e Judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas. É um líder disposto a ouvir e encaminhar as demandas que viabilizam a solidez das instituições democráticas, a ampla participação de todos e o desenvolvimento do Estado.”

Jackson Barreto de Lima, ex-governador de Sergipe e amigo

ASCOM TCE-SE



“Luciano Bispo é daquelas figuras públicas que merecem todo o reconhecimento pelo comportamento ético, pelo estilo democrático e por ser um homem de palavra. Sua trajetória é vitoriosa, e ele se tornou um grande líder político. O Poder Legislativo está muito bem dirigido sob o comando dele.”

Flávio Conceição de Oliveira Neto, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE)

DIVULGAÇÃO



“Agradecemos ao presidente Luciano Bispo por tudo que tem feito em benefício dos servidores da Casa e pela parceria que tem com o sindicato. No primeiro ano de gestão, ele atendeu ao nosso pedido de incorporação para os servidores. Outro pedido atendido foi a realização de concurso público. Também solicitamos a criação do Plano de Cargos e Salários, que, depois, foi aprovado. Por último, pedimos a aposentadoria incentivada e, mais uma vez, foi cumprido. Destaco esses itens por saber que o sindicato lutou e teve a compreensão do presidente da Alesse para realizar benefícios que atingem todos os servidores.”

Antônio Geraldo da Silva, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (Sindalesse)

ARQUIVO PESSOAL



“Luciano Bispo é um parlamentar e presidente que dignifica o Poder Legislativo, cuidando com esmero dos interesses de Sergipe. É um ser humano formidável, atencioso e leal, com louvável pragmatismo e sensibilidade. Não poucas foram as vezes em que a Procuradoria Geral do Estado, defendendo os interesses de Sergipe, foi chamada a debater com o deputado. É um guerreiro incansável, sem qualquer laço de covardia ou submissão. É figura adorada e homenageada, parceiro de todas as horas. Com 40 anos de atuação política, Luciano Bispo deixará uma marca definitiva e um legado histórico.”

Vinicius Thiago Soares de Oliveira, procurador-geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado (PGE)

ARQUIVO MP/SE



“Filho ilustre de Itabaiana, Luciano Bispo é uma pessoa simples que possui uma trajetória política bastante significativa. Sua atuação à frente da Alesse, instituição de relevância no contexto da democracia representativa, na fiscalização da gestão pública e na edição de atos normativos, tem contribuído de forma profícua para o engrandecimento de Sergipe. Parabenzamos Sua Excelência pelos 40 anos de compromisso e serviços prestados à população sergipana, desejando-lhe contínuo sucesso nos projetos vindouros.”

Manoel Cabral Machado Neto, procurador-geral de Justiça - Ministério Público de Sergipe (MPE/SE)

DIVULGAÇÃO



“O deputado Luciano Bispo já está eternizado na História de Sergipe pelo notável feito de ser o único a exercer a chefia do Poder Legislativo por oito anos. A capacidade de liderança, interlocução e articulação geraram um ambiente saudável de discussões em benefício do Estado, além de uma gestão operosa na Alesse, com especial foco na eficiência e na transparência, mediante a adoção de medidas e iniciativas que viabilizaram importantes transformações no funcionamento da máquina estatal do Legislativo, proporcionando maior participação da sociedade, accountability [responsabilidade] e melhor divulgação das atividades parlamentares, essenciais à democracia.”

Igor Leonardo Moraes Albuquerque, advogado e subsecretário-geral da Mesa Diretora da Alesse



Dr. Thiago Melo [*]

O advogado previdenciário e a imprescindibilidade dele na manutenção da cidadania

O objetivo do advogado previdenciário é procurar auxiliar os clientes a obterem os respectivos e imprescindíveis auxílios, benefícios ou aposentadorias, seja pela via administrativa ou pela judicial. Levando em consideração tal objetivo, esse profissional se torna figura essencial na manutenção da justiça e da cidadania.

Contudo, como bem sabemos, na maioria das vezes, os direitos desses segurados, infelizmente, não são deferidos pela via administrativa, mesmo juntando toda a documentação comprobatória, o que é importante frisar. Isso acontece, muitas vezes, por causa da crise que assola o sistema previdenciário brasileiro, fazendo com que o segurado frequentemente se sinta perdido, sem saber como agir.

É justamente aí que surge a figura do advogado previdenciário como um profissional habilitado e fundamental para a manutenção dos direitos fundamentais, sendo ele o principal defensor desses segurados que se sentem com as energias escassas e totalmente desamparados perante a ineficiência da previdência social no Brasil.

No exercício diário na função, o advogado previdenciário, muitas vezes, figura ao lado dos mais

fracos e oprimidos. Aliás, esse profissional é capaz de tutelar os segurados através da luta diária, conseguindo garantir os benefícios que a lei prevê aos mais humildes. Desse modo, torna-se a voz do povo que clama por justiça ao buscar os direitos dele perante a previdência social. Assim, realiza de maneira crucial e necessária a tarefa imprescindível de inserir o conceito de cidadania perante todos.

Vale destacar que esse profissional colabora com muitas famílias no tocante a garantir o mínimo de condições sociais necessárias para subsistir. Podemos dizer assim que o advogado que atua nessa área é responsável por cooperar diretamente com o País a ponto de diminuir a triste dívida social deste para com a sociedade.

Assim, não restam dúvidas de que o advogado previdenciário é o agente propulsor da efetivação dos direitos sociais. A atuação desse profissional está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana, em que, no exercício da cidadania, o advogado previdenciário sempre permanece na frente, lutando pelos interesses dos clientes e fazendo a ponte necessária para se obter justiça.

Portanto, podemos concluir que os direitos fundamentais das prerrogativas dos advogados e advogadas que atuam nessa importante área do direito precisam ser fortemente defendidos, uma vez que, como vimos, eles representam um dos pilares sustentadores da garantia da verdadeira justiça social.

[*] Dr. Thiago Melo é advogado especialista em Direito Previdenciário, fundador do escritório TMS Advogados, professor de Direito Previdenciário, colunista, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) e secretário-geral da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/SE.

O advogado previdenciário é o agente propulsor da efetivação dos direitos sociais dos clientes

DIVULGAÇÃO



S.A. do Futebol

Um livro especial sobre a legislação e os novos empreendimentos do esporte



Genisson Silva e o senador Rodrigo Pacheco (presidente do Senado)

A lei 14.193/2021, de autoria do senador Rodrigo Pacheco e promulgada pelo Congresso Nacional, estabelece novos conceitos e novas regras para o funcionamento das sociedades anônimas no futebol brasileiro. Essa lei é, sem dúvida alguma, um novo marco no esporte.

Graças a esse inovador instrumental jurídico, novas e rentáveis parcerias entre clubes e empreendedores estão sendo realizadas com vantagens e sucesso para os interessados em todo o Brasil.

Com a intenção de facilitar o entendimento e a perfeita compreensão dessa lei e dessa nova realidade empresarial por todos os agentes do esporte (torcedores, dirigentes, empresários) e

pela própria mídia esportiva, foi que o advogado Genisson Cruz Silva escreveu o livro S/A do Futebol um guia técnico, bem fundamentado e juridicamente seguro; uma peça literária, indispensável para facilitar novos e grandes negócios nessa milionária área do esporte.

Com profundos e reconhecidos conhecimentos em matéria de direito esportivo, direito empresarial, direito trabalhista, direito administrativo e direito previdenciário, além de larga experiência no exercício de cargos jurídicos em tribunais esportivos, bem como na gestão de diversas empresas, inclusive em clubes de futebol, o advogado Genisson Silva produziu uma obra relevante que vem sendo lida, estudada, comentada e elogiada em fóruns esportivos, advocatícios e midiáticos em todo o país.

REPERCUSSÃO GERAL

Desde o pré-lançamento da obra, em março, em Brasília, no gabinete do presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco, autor da Lei SAF (Sociedade Anônima do Futebol), até o lançamento oficial, em abril, na Livraria Escariz, em Aracaju, a agenda do autor registra eventos na CBF (Confederação Brasileira de Futebol), na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e na Secretaria da Inclusão Social da Prefeitura de São Paulo, agora em maio, entre outros.



Genisson Silva e Alberto Simonetti (presidente nacional da OAB)



Genisson, Nickollas e Sílvia Greco (secretária de Inclusão Social de São Paulo)

O livro que, além de suas versões digital e gráfica, foi impresso também em *braille*, despertou a atenção da Secretária de Inclusão, Sílvia Grecco, mãe do torcedor que é considerado um símbolo do Palmeiras (SP), Nickollas Grecco, um jovem deficiente visual. Sílvia e Nickollas foram homenageados no ano passado pela FIFA como fãs especiais do futebol. Ela narra para o filho todos os jogos do Palmeiras.

Jornalistas, radialistas e *influencers* digitais que atuam na mídia esportiva têm abordado o autor Genisson Silva quanto ao conteúdo, às instruções e às nuances do livro S.A. do Futebol.

OPINIÕES DE ESPECIALISTAS



Jorge Mitidieri (empresário e educador)

JORGE MITIDIERI:

"Aqui, os leitores vão aprender, por meio de uma linguagem muito acessível, sobre as inovações normativas que encaminham, finalmente, a atividade econômica futebolística para outro nível dentro da economia brasileira, ao se conectar com um modelo de gestão transparente, dotado de segurança jurídica, capaz de captar investidores de todas as faixas financeiras. Genisson nos explica como lidar com o passado de dívidas e como olhar para o futuro com segurança e inteligência", opinou o professor e empresário da área da educação, Jorge Mitidieri.

MILTON DANTAS:

"No momento em que o futebol brasileiro passa por grandes transformações e mudanças estruturais, conceituais, técnicas, administrativas e jurídicas, o advogado e desportista Genisson Silva nos oferece uma inestimável contribuição para a perfeita compreensão da Lei 14.193/2021, a lei que cria o clube-empresa no Brasil.



Milton Dantas (presidente da Federação Sergipana de Futebol)

Este livro "S.A. do Futebol" é um verdadeiro manual técnico para aprimorar o conhecimento de desportistas, torcedores, atletas, dirigentes e empresários que amam o futebol e desejam investir com segurança e eficiência nos clubes de futebol, transformando-os em grandes empresas sólidas e rentáveis.

Genisson Silva é um advogado de nível nacional, reconhecidamente um grande especialista em direito empresarial, trabalhista, previdenciário e também em direito esportivo.

Por onde tenho andado, em todo o país, nas palestras, conferências e reuniões das quais participo ao lado de dirigentes esportivos, de estudiosos do futebol e de outros esportes, na mídia especializada, só tenho ouvido elogios à lei do senador Rogério Pacheco, atualmente presidente do Congresso Nacional.

O futebol brasileiro entra em uma nova e auspiciosa fase do seu desenvolvimento. Estamos todos animados com as perspectivas que se abrem à nossa frente. E, para tirarmos melhor proveito dessa nova realidade, é básico que conheçamos bem as novas regras, a correta aplicabilidade da Lei da Sociedade Anônima do Futebol e, para tanto, a leitura desse livro do advogado Genisson Silva é fator prioritário e indispensável", manifestou-se sobre a obra o administrador e empresário, Milton Dantas, presidente da Federação Sergipana de Futebol (FSF).

OPINIÕES DE ESPECIALISTAS



Sidrack Marinho (ex-árbitro da FIFA)



SIDRACK MARINHO:

"O sucesso do futebol está fundamentalmente relacionado com a própria natureza do esporte e da qualidade técnica dos atletas, mas isso só não basta.

A organização, a estrutura e a administração dos clubes, das entidades esportivas nacionais e internacionais são também fatores indispensáveis para os novos empreendimentos e os grandes espetáculos.

E, claro, sem a definição, compreensão, prática e o cumprimento de regras funcionais e jurídicas, nada funciona.

A nova Lei da Sociedade Anônima do Futebol precisa ser melhor conhecida e aplicada corretamente para o bem de todos os agentes do futebol brasileiro.

Vamos ler, portanto, o livro do advogado Genisson Silva, um dos mais importantes especialistas nesse assunto", comentou Sidrack Marinho, administrador de empresa, ex-árbitro da FSF, CBF e FIFA.

JOSÉ DOS ANJOS:

"Considero esse livro como uma obra condensada com maestria sobre o Direito Esportivo, o futebol na interface com atletas, torcedores, investidores, dirigentes e profissionais de apoio da governança dos clubes. Parabéns ao Dr. Genisson Cruz da Silva pela iniciativa de nos brindar com uma obra que traz as diretrizes jurídicas e pedagógicas para a incrementação da Sociedade Anônima do Futebol sergipano e brasileiro", destacou em sua análise o desembargador do TJSE, José dos Anjos.



Albano Franco (empresário)

ALBANO FRANCO:

"O empresariado nacional tem, historicamente, prestigiado ações e eventos do futebol brasileiro. Os empresários construíram juntos uma história de muito sucesso. Agora, com o advento da Lei da S/A, os empreendimentos em torno do futebol entram em uma nova dimensão.

O livro do amigo Genisson Silva, um dos mais admiráveis advogados brasileiros, explica perfeitamente como tudo deve funcionar para que empreendedores avancem ainda mais na promoção do esporte, gerando desenvolvimento econômico-social, saúde, bem-estar, alegria e grandes emoções para milhões de brasileiros", observou Albano do Prado Franco, advogado, empresário, ex-senador, ex-governador de Sergipe e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



José dos Anjo (desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe)



@valorimobiliaria

P. GUEIMAO

VALOR *Imóvel* Recomendado

Vende rápido, fácil e sem burocracia



Wanderley Aragão

Vendeu meu
apartamento
rapidamente!

“ Imóvel vago
é prejuízo!

Até quando você vai ficar
aguardando vender o seu imóvel?

A VALOR tem um
Sistema Inteligente de Venda.
Tudo aqui é Rápido
e facilita a sua vida.



AROLDOFRANCA
CEO - VALOR

(79) 9 9656-4222 | 3226-4222
www.valorimobiliaria.com.br



VALOR
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS



BAIXE
NOSSO
APP

S.A. do Futebol



UM LIVRO TÉCNICO DE GRANDE REPERCUSSÃO NACIONAL



5



10

11



16

17



21

22



27



O livro S.A. do Futebol foi pré-lançado, em Brasília, no gabinete do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal e, em seguida, foi lançado em grande estilo em Aracaju, na Livraria Escariz. Em São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Minas Gerais, João Pessoa e Recife, eventos semelhantes em relação à obra têm sido realizados. As fotos a seguir mostram o interesse, o prestígio e a grande interação entre os vários segmentos sociais em torno do assunto.

- 1 - Lara e Benardino Mitidieri.
- 2 - Wilson Market e Danniell Alves.
- 3 - Edileuza e Arlinda Vieira.
- 4 - Arlinda Vieira e Ana Lúcia Aguiar.
- 5 - Dr. Edson Ulisses, Maria do Carmo Déda e professor Joaquim.
- 6 - Senadores Ângelo Coronel e Rodrigo Pacheco.
- 7 - Senadora e advogada Maria do Carmo Alves.
- 8 - Ministro do TST Alberto Balazeiro.
- 9 - Presidente da Associação Brasileira dos Radialistas Esportivos Arthur Eugênio.
- 10 - Conselheira do TCE Maria Angélica Guimarães
- 11 - Rodolfo, Priscila, Joaquim, Sandra, Carlson, Dulce, Paula, Maria Helena e Paulo Henrique.
- 12 - Danniell Alves, Fábio Fraga, América e Cristiano Barreto.
- 13 - Presidente da Federação Paulista de Futebol Reinaldo Carneiro Bastos
- 14 - Gil Cruz.
- 15 - Marília Menezes e dom João.
- 16 - Henricley, Victor Barreto e Luciano Nascimento.
- 17 - Professor Paulo Sérgio Feuz.
- 18 - Maria Salete Barreto, Jenilton Gomes e Silvio Cruz.
- 19 - Evânio Moura.
- 20 - Miriam Ribeiro, amigos e amigas.
- 21 - Emanuel Cacho.
- 22 - Nicolas e Sílvia Grecco.
- 23 - Conselheiro do TCE de Sergipe Carlos Pina.
- 24 - Cristiano Cabral.
- 25 - Meire e Eduardo Seabra.
- 26 - Andréia Lúcia, Luciano e Ulisses Theodoro.
- 27 - Ministro do TST Caputo Bastos, presidente da OAB de Sergipe Danniell Alves, Cristiano Barreto, Francisco Caputo e o presidente do Direito Desportivo Terence Zveiter.



Eduardo Ribeiro [*]

DIVULGAÇÃO



O Recurso Especial terá que discutir questões efetivamente ventiladas no acórdão recorrido

Insucesso do Recurso Especial por desatenção à Súmula 282 do STF

Súmula 282 STF – É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

inciso III do artigo 105 da Constituição Federal confere ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) competência para “julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios...”

Essa é a fonte do Recurso Especial. Ele é o instrumento posto à disposição do Superior Tribunal de Justiça para o cumprimento do seu dever de unificar a interpretação e a aplicação do direito federal não constitucional, que se opera via revisão da aplicação dessas leis pelos tribunais estaduais e federais de segunda instância.

Pressuposto essencial da revisão é que o tribunal recorrido tenha efetivamente julgado a causa, porque o Recurso Especial submete ao STJ somente as matérias que tenham sido realmente decididas pelos tribunais de origem. Simplificando, não se pode rever aquilo que não foi visto. Em outro tom, para que seja conhecido, o Recurso Especial terá que discutir questões efetivamente ventiladas no acórdão recorrido, e as omissões de julgamento devem ser sanadas, constituindo condição sine qua non para o conhecimento do recurso.

Assim, quando o acórdão tiver ventilado a questão de direito discutida na demanda, mesmo que seja para excluir a pertinência, a matéria foi apreciada, a causa foi decidida, nos dizeres do dispositivo constitucional. Mas, se a questão foi discutida pelas partes e sobre ela o acórdão não se manifestou, surge a omissão que reclama atitude processual capaz de provocar o pronunciamento do tribunal, como condição para que o STJ conheça do recurso e possa adentrar o mérito da demanda.

A oposição de Embargos de Declaração, com fundamento no art. 1.022 do Código do Processo Civil – 2015 (CPC-15), é o instrumento eficaz para exigir do colegiado o necessário pronunciamento sobre a questão: o prequestionamento. Relembre-se de que o prequestionamento é atitude do tribunal e não do advogado, e por isso é tão importante entender que os embargos declaratórios não prequestionam, mas apenas provocam o tribunal a decidir o ponto neles abordado.

São espécies de prequestionamento: a) o explícito, quando o acórdão faz referência expressa aos dispositivos de lei federal que incidem sobre a matéria em questão; b) o implícito, quando o acórdão não faz referência expressa, mas se vale da tese legal ou do tema iuris para dar fundamento ao julgado e c) o ficto, que acontece quando nenhuma das duas hipóteses anteriores está presente na decisão do tribunal.

Nos dois primeiros casos, por óbvio, não há nenhuma exigência prévia à interposição do recurso

especial. Quanto ao segundo, não há mais divergência dentro do STJ quanto à aceitação do chamado prequestionamento implícito, o que importa asseverar não ser necessário que o acórdão cite expressamente o dispositivo de lei para decidir a matéria. Basta que se refira à tese jurídica nele contida, mesmo que não lhe digite o número.

A grande questão está no chamado prequestionamento ficto, objeto do art. 1.025 do novo CPC, que transformou em lei uma prática consagrada na jurisprudência do STJ em relação ao prequestionamento ficto.

Diz o art. 1.025: “Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existente erro, omissão, contradição ou obscuridade.”

Na vigência do CPC antigo, que não continha dispositivo similar, quando o acórdão recorrido se omitia em relação a determinado tema da demanda e assim permanecia ao rejeitar os Embargos de Declaração, fazia-se necessário arguir ofensa ao art. 535 para viabilizar o conhecimento do recurso pelo STJ, ante a

omissão do tribunal de origem quanto ao julgamento da questão.

A introdução do dispositivo no novo código apenas positivou aquela regra de direito sumular. Mas isso não dispensa o recorrente de arguir a omissão, quando o tribunal de origem, apesar de provocado pelos embargos de declaração, se mantiver em silêncio.

Nesse caso, continua sendo de extrema importância que a omissão seja objeto de capítulo próprio nas razões do Recurso Especial, arguindo-se rasura aos artigos 1.022 e 1.025 do NCPC, como condição para que o STJ possa considerar a existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade em relação ao tema objeto dos embargos de declaração e, por conseguinte, conhecer do recurso.

Em resumo, é preciso estar atento e forte nos embargos de declaração e, se for o caso, na preliminar de ofensa aos artigos 1.022 e 1.025 do NCPC, para que o recurso especial possa transpor o óbice da Súmula 282 STF.

[*] Eduardo Ribeiro é advogado, sócio do escritório Eduardo Ribeiro Advocacia e da Advogar – Oficina de Advocacia.

A ROSA É MUITO MAIS QUE PANFLETAGEM

IMPACT



A ROSA É CONFIANÇA



A ROSA É SERIEDADE



A ROSA É COMPROMISSO



A ROSA É GARANTIA

ROSA
PANFLETAGEM E ASSESSORIA DE EVENTOS



A ROSA É SERGIPANA

Há 32 anos oferecendo o que existe de melhor em ações promocionais, eventos corporativos, promotores, mochila banner.

FAÇA SEU EVENTO OU AÇÃO PROMOCIONAL COM A ROSA!

☎ 79 9 9853 8458

📷 [rosapanfletagemaju](#)



Cerimônia de posse da nova Diretoria da OAB/SE foi prestigiada por centenas de juristas, políticos, autoridades, familiares e demais convidados

Diretoria da Nova OAB/SE toma posse para o triênio 2022-2024

Evento que celebrou Danniell Costa no comando da seccional sergipana teve a participação de Beto Simonetti, presidente da OAB Nacional

A cerimônia de posse da nova Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), para o triênio 2022-2024, foi marcada por muita emoção, prestígio e comprometimento. A solenidade aconteceu no dia 14 de maio, um sábado, no Hotel Vidam, na Orla da Atalaia, em Aracaju, com a presença de autoridades, membros dos Conselhos da Ordem, ex-presidentes, presidentes de regionais e autoridades do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Durante a cerimônia, tomaram posse as diretorias da OAB e da CAASE, e os conselheiros sec-

cionais, além da ouvidora-geral Roseline Moraes, do procurador-geral Leonardo Oliveira e do presidente da ESA Cícero Dantas. Assim, o dia marcou o início de um novo ciclo para a Diretoria da OAB/SE e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAASE), com discursos emocionados e diplomação de posse dos novos conselheiros.

Durante abertura do evento, Alberto Simonetti, presidente da Ordem dos Advogados Nacional, parabenizou a nova gestão da Seccional de Sergipe e destacou a importância do evento, ressaltando que a OAB/SE vem ganhando destaque no cenário nacio-

nal. “Esse é um dos eventos mais importantes dentro do Sistema OAB. O Conselho Federal vem testemunhar e trazer o desejo de uma profícua gestão. E que essa nova diretoria consiga avançar cada vez mais, trazendo benefícios maiores para a advocacia deste Estado com o apoio do Conselho Federal”, destacou Beto Simonetti.

Letícia Mothé, vice-presidente da Seccional de Sergipe, agradeceu àqueles que fizeram e fazem parte da caminhada dela na vida jurídica e também destacou a força da mulher. “Sou jovem, tenho apenas 30 anos, e sou a vice-presidente mais nova de todas as seccionais da OAB a ocupar esse cargo. Isso é de suma importância para mim e mostra que, sim, nós, jovens, temos capacidade, compromisso e podemos ocupar grandes funções. Estamos construindo uma nova história nesses 87 anos de OAB/SE”, declarou.

Por sua vez, Felipe Sarmento, presidente do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida), ressaltou a satisfação do Sistema OAB em fazer parte daquele momento. “É uma nova diretoria, tão bem liderada pelo nosso Dannel Costa. Hoje, temos a satisfação de tê-lo como nosso secretário, uma função de grande importância no fortalecimento da atuação da advocacia em todo o País, e que ele vem cumprindo muito bem”, frisou. Já Nilton Lacerda, secretário-geral da OAB/SE, falou sobre o compromisso da nova diretoria com a Ordem. “Fazer com que advocacia se sinta novamente acolhida e



Transmissão de cargo: Dannel Costa (ao centro) com Inácio Krauss, ex-presidente da seccional sergipana, e Beto Simonetti, presidente da OAB Nacional

em casa. Esse é o nosso compromisso”, assinalou.

Carlos Augusto Monteiro Nascimento, ex-presidente da Seccional de Sergipe e presidente da Comissão de Assuntos Institucionais, pontuou a parceria e o comprometimento da nova gestão com a classe advocatória. Também destacou o entusiasmo dos novos membros em trabalhar para trazer melhorias à classe. Carlos Augusto salientou, ainda, a dedicação de Dannel Costa, presidente da OAB/SE, durante os primeiros meses da gestão.

Discurso emocionado

Vale destacar que o momento de maior emoção foi o discurso do presidente Dannel Costa, que agradeceu pela presença de todos que fizeram parte da trajetória dele e enfatizou a união da advocacia sergipana. “A Presidência da OAB não é uma conquista. É uma participação de um sonho coletivo que muito me deixa honrado e agradecido”, afirmou o presidente.

Dannel Costa enfatizou, também, o projeto de interiorização e a diversidade da nova gestão. “Andamos juntos pelo Estado de Sergipe, ouvimos, acolhemos, lutamos e propagamos o novo. Nos tornamos a advocacia preta, a comunidade LGBTQIAP+, viramos jovens advogados, advocacia sênior, formamos a Nova OAB e mostramos que era, sim, possível acreditar nesse sonho”, asseverou.

Ainda em seu discurso, o presidente falou dos desafios para a jovem advocacia, da defesa das prerrogativas, da advocacia dativa e de outros temas que demandam atenção especial. Ao falar do novo



Beto Simonetti destacou a importância da posse da nova diretoria da OAB/SE para a advocacia sergipana

momento da advocacia sergipana, Dannel Costa enfatizou que o protagonismo será exercido por todos os advogados e advogadas. “E registro que, no Sistema OAB, Sergipe não é mais a terra de um só advogado. Aqui, somos todos iguais e, a partir de agora, essa será sempre a terra da advocacia sergipana”, assegurou.

O presidente tomou posse acompanhado, ainda, da família: seus pais, Antônio de Assis Costa Filho e a advogada Maria de Fátima Alves Costa, a esposa Patrícia Aguiar, a filha Marcela Aguiar Fernandes Costa, além de irmão, tios e sobrinhos. Dannel Costa, claro, também agradeceu pelo apoio recebido dos familiares, especialmente da esposa, que acompanhou a campanha desde o primeiro dia até o momento da vitória. Dirigindo-se a ela, afirmou, emocionado: “Sem você, eu não estaria aqui”.

Ressalte-se que a posse marca um novo ciclo da OAB Sergipe. A nova gestão, que prometeu ser diferente, já apresentou, logo nos primeiros meses, sua nova forma de gerir com uma OAB mais democrática e presente na vida da advocacia e da sociedade, exercendo o protagonismo com destaque nos temas mais relevantes, inclusive com participação ativa na OAB Nacional. A nova gestão, também, fortaleceu as comissões e estruturou a defesa das prerrogativas.

Outro ponto de destaque está no relacionamento com os funcionários, que passaram a ter maior diálogo com a presidência, estando mais ativa no dia a dia da instituição. Além disso, o presidente Dannel Costa se mostra mais próximo da advocacia, especialmente do Interior do Estado, com a presença constante nas principais comarcas, participando de reuniões que sempre permitem que cada advogado apresente suas demandas à OAB Sergipe.



Dannel Costa com seus pais: Antônio Costa e a advogada Maria de Fátima Alves Costa



Dannel Costa, Leticia Mothé, a mais jovem vice-presidente das seccionais do País, e Beto Simonetti



Clara Ferreira, Leticia Mothé, Dannel Costa, Beto Simonetti, Nilton Lacerda e Ismar Ramos



Conselheiros recebem diplomas de posse das mãos de Dannel Costa e de Beto Simonetti



Dannel Costa e a esposa Patrícia; Carlos Augusto Nascimento e a esposa Carla; e Márcio Conrado e a esposa Sandra



A ouvidora geral Rose Morais, Dannel Costa, Beto Simonetti e o procurador-geral Leonardo Oliveira



Orgulhosos, familiares prestigiaram a posse dos novos diretores e conselheiros da OAB/SE

Dê **VALOR** a sua escolha na palma da mão

Você encontra Imóveis
Residenciais e Comerciais,
nos melhores locais da cidade
para **alugar e vender.**

Prédios, lojas, escritórios, casas,
apartamentos, lotes, fazendas e
muito mais imóveis



Aqui **vende**
e **aluga** rápido!

Se tem muita gente que procura,
seu imóvel tem que está aqui.

CADASTRE JÁ!

(79) 9 9850-5222 | 3226-4222
www.valorimobiliaria.com.br



Cerimônia bastante prestigiada

Confira cliques do evento que reuniu advogados, magistrados, autoridades, políticos, além de familiares e amigos que celebraram o histórico momento da seccional sergipana





CAASE e OAB Sergipe inovam e promovem grandes festas juninas em todas as regionais

Após dois anos suspenso por causa da pandemia, o Forró da Advocacia trouxe de volta a magia e o brilho da festa mais querida pelos sergipanos: o São João. O evento realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe (CAASE), reuniu advogadas e advogados de todo o Estado em Aracaju, além de um público diversificado que estava com saudade de um bom arrasta-pé. A animação ficou por conta de grandes atrações, como

a Banda Magníficos, Xotebaião, Matheus Moraes e o cantor Luan Estilizado.

Este ano, outra grande novidade foi a realização do Forró da Advocacia em todas as regionais. A programação contou com festas nas cidades de Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Estância e Propriá. Foram momentos marcados por encontros, confraternizações, comidas típicas e muito forró. Tudo num clima de muita alegria e animação, que festeja a maior festa nordestina. Confira alguns cliques do Forró da Advocacia na Capital e no Interior.

ARACAJU

FOTOS: CLEVERTON RIBEIRO



ITABAIANA





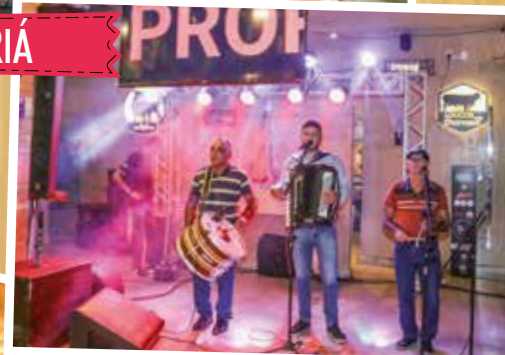
N. S. DA GLÓRIA



ESTÂNCIA



PROPRÍA



LAGARTO





Afonso Carvalho de Oliva [*]

LGPD e a advocacia

– É preciso fazer o dever de casa

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi publicada em 15 de agosto de 2018, tendo sua entrada em vigor sido “parcelada” em três momentos distintos: o primeiro, em 28 de dezembro de 2018, para os artigos referentes à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); o segundo, referente às penalidades administrativas, em 1º de agosto de 2021; e o terceiro, com relação aos demais artigos, em 15 de agosto de 2020.

O que não se pode discutir é a efetiva vigência da LGPD e, com ela, a necessidade de adequação de todos aqueles que realizam o tratamento de dados pessoais, principalmente, daqueles que se enquadram no conceito de controladores de dados pessoais, os quais, nos termos da LGPD, podem ser conceituados como aqueles a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

É necessário ter em mente, também, o conceito de tratamento de dados pessoais, definido pela LGPD como “toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração” desses dados.

À vista desses dois conceitos introdutórios, compreende-se a posição da advocacia no cenário de proteção de dados pessoais no Brasil e como a atividade desempenhada pela advocacia enquadra-se no conceito de tratamento de dados pessoais. Aqueles que advogam são, efetivamente, controladores de dados pessoais e, como tais, precisam garantir a própria adequação aos preceitos da lei. Por exemplo, já não podem mais escolher prestadores de serviços e softwares apenas com base no melhor preço ou na adequação às exigências internas do escritório, pois é preciso garantir que essas ferramentas apresentem

completa adequação aos princípios da LGPD, de modo a evitar qualquer tipo de penalidade.

A advocacia precisa repensar seu relacionamento com a coleta de dados dos clientes, entender quais os limites dessa coleta e como garantir a eles o respeito aos direitos previstos na LGPD. É imperioso que esses profissionais do direito façam o dever de casa, para que possam exigir o mesmo respeito das demais instituições públicas.

Assim como o início dos anos 2000 foi de receptividade para os conceitos de gestão estratégica e de profissionalização por parte dos escritórios de advocacia, a chegada da década de 2020 marca a necessidade de trazer para a prática jurídica dos advogados os princípios de segurança da informação e de proteção de dados há muito desenvolvidos em outras áreas do conhecimento, a fim de que esses profissionais estejam preparados sobre o tema em sua completude.



DIVULGAÇÃO

[*] Afonso Carvalho de Oliva é mestre em Direitos Humanos, doutorando em Ciências Jurídicas Privatísticas pela Universidade do Minho (Portugal), advogado, presidente da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), professor e coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito 8 de Julho.



ARAMIS
MENSWEAR

BRETTI


RICARDO
ALMEIDA

- 📍 Rua Dr. Osório de Arújo Ramos, 104
13 de julho | Aracaju - SE
- ☎️ (79) 2107-2239
- 📞 (79) 9.8117-2377
- 📷 @espacolord



Sydney Sanches ressalta que assumir a Presidência do IAB é uma honra imensa e que, na nova gestão, a Escola Superior terá papel estratégico

O quase bicentenário IAB empossa nova diretoria

Sydney Sanches é o atual presidente. Inspirado na entidade nacional, o recém-criado Instituto da Advocacia de Sergipe tem Sandro Mezzarano no comando

POR LAUDICÉIA FERNANDES

Sydney Limeira Sanches é o novo presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Eleito em um pleito com chapa única no dia 16 de março, ele comandará a Casa de Montezuma, como é chamada, durante o triênio 2022/2025. O jurista, que agora substitui a colega Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, e os novos diretores foram empossados no dia 28 de abril na sede da entidade. "Assumir a Presidência do IAB é uma honra imensa para mim, que só não é maior do que a responsabilidade de estar à frente da entidade jurídica que, além de responsável pela construção do ordenamento jurídico nacional, tem sido, desde 1843, protagonista dos grandes desdobramentos políticos e institucionais do País", ressalta Sanches.

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Sydney Sanches atua nas áreas do Direito Autoral e da Propriedade Intelectual, Direitos da Personalidade, Direito Digital, proteção de dados, entre outras. No IAB há quase 20 anos, ele chegou a exercer os cargos de diretor financeiro e diretor adjunto em gestões anteriores. Antes de ser eleito presidente, ocupava a 2ª Vice-presidência da instituição. Casado com a advogada Leila Pose Sanches, diretora Cultural e da Escola Superior do IAB, tem um casal de filhos: Manuela, de 26 anos, e Antonio Pedro, de 19 anos.

O novo presidente do IAB explica que, na nova gestão, aliás, a Escola Superior terá papel estratégico na disseminação de conteúdo jurídico de qualidade. Também destaca que a Diretoria dará continuidade à ampliação das representações estaduais, que vêm confirmando o

protagonismo nacional do IAB nos debates das questões de relevantes interesses da advocacia e, sobretudo, da sociedade brasileira. Além disso, segundo ele, o estreitamento com a comunidade jurídica internacional será outra importante iniciativa. O bicentenário da Independência terá uma programação especial, já que a história do Instituto, como ele mesmo aponta, se confunde com a do Brasil. “A efeméride dos 180 anos do IAB, em 2023, destacará a nossa trajetória de luta pelas liberdades”, salienta.

Entre as propostas e principais ações da nova administração para aproximar ainda mais o IAB dos interesses da cidadania, está fortalecer ainda mais a luta em defesa das instituições e dos direitos humanos, para, de acordo com Sydney Sanches, impedir o avanço de toda e qualquer forma de violência ou intolerância contra as pessoas e a democracia. “Seremos atuantes na luta contra o racismo, misoginia, intolerância religiosa e toda e qualquer discriminação, em especial à comunidade LGBTQIAP+. O IAB também criará uma comissão especial para atuar em conjunto com outras entidades na defesa da democracia, das eleições e da liberdade de imprensa”, afirma.

Pela independência, tradição quase bicentenária e produção jurídica de alta qualidade, o IAB possui papel estratégico na defesa da democracia e dos princípios constitucionais. “Nossos pareceres, sempre encaminhados à Câmara dos Deputados, ao Senado e ao Poder Executivo, têm sido fundamentais ao aprimoramento da qualidade do debate público e, especialmente na quadra histórica que vivemos, evitar o rompimento da nossa democracia”, comenta.

Visibilidade ampliada

Vale destacar, aliás, que a gestão anterior do IAB, sob o comando de Rita Cortez, ampliou a visibilidade frente às instituições legislativas do País. Isso, obviamente, é fruto da experiência de 28 anos como integrante do IAB, tendo assumido a 2ª e a 1ª Vice-presidência nos dois mandatos da gestão do ex-presidente Técio Lins e Silva, e, também, pela atuação no segmento de Direito Individual e Coletivo do Trabalho e Direito Sindical. “Presidir uma instituição do porte do IAB, a instituição jurídica mais antiga das Américas, com 179 anos de existência, não é tão somente uma honra, mas, sobretudo, um privilégio. O Instituto, além de ser um respeitado



Rita Cortez, ex-presidente do IAB: sentimento de dever cumprido e alegria por ampliar visibilidade do Instituto no País

difusor de cultura e educação jurídicas, foi o único responsável pela formação do pensamento constitucional e da construção do ordenamento jurídico mais adequados e compatíveis com a recém-proclamada independência do Brasil”, declara. E complementa: “Meu sentimento é o do dever cumprido. Não só atendemos aos objetivos estatutários, como cumprimos praticamente todos os itens contidos na nossa plataforma eleitoral e projetos traçados ao longo dos dois mandatos”.

Rita Cortez acredita que, na gestão dela, a visibilidade do IAB para toda a comunidade jurídica brasileira foi ampliada. Considera que o IAB, como foro destinado aos grandes debates, foi transformado em um ambiente mais acolhedor e mais acessível à jovem intelectualidade jurídica. “Democratizamos e dinamizamos a participação dos consócios na produção de trabalhos técnicos e emissão de opiniões jurídicas sobre diferentes temas de interesse da sociedade brasileira”, considera.

No entanto, na opinião da ex-presidente, o maior feito foi firmar a abrangência nacional da instituição através da nomeação de representantes estaduais e da inauguração de subsedes. Segundo ela, Sergipe é um exemplo desta política acertada e bem-sucedida. Para tanto, Sandro Mezzarano Fonseca, que é presidente do recém-criado Instituto da Advocacia de Sergipe (IASE), foi nomeado como representante do IAB. Além disso, foi inaugurada a subsede regional do Instituto nacional, em sala cedida pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (Fanese).



Sandro Mezzarano: “A advocacia e a sociedade sergipana podem esperar do IASE o empenho na promoção do estudo do Direito”

Criação do Iase

Sandro Mezzarano esclarece que o Iase, absolutamente independente e autônomo, foi criado no ano passado com a finalidade de conglomerar bacharéis e bacharelas em Direito, visando ampliar os debates jurídicos, sob várias perspectivas, dentro das comissões temáticas, espinha dorsal da entidade. A posse dos conselheiros para o mandato 2021-2024 aconteceu no dia 29 de setembro.

“O resultado dessa pluralidade, que envolverá integrantes de carreiras jurídicas, como advogados e advogadas públicas, procuradores de Estado e municípios, magistrados, membros do Ministério Público, tabeliães, assessores etc., permitirá posicionamentos institucionais de grande relevância e importância, que irão ultrapassar os limites geográficos do Estado de Sergipe, para serem consultados e citados em todo o Brasil. Presidir algo com tamanha dimensão me impõe grande responsabilidade e muita alegria!”, assegura.

O presidente do Iase ressalta que a criação da entidade sergipana se deu em um momento em que a compreensão da necessidade dela aflorou nos fundadores. Trata-se de um instituto sergipano, composto por grandes juristas. “A advocacia, os operadores e as operadoras do Direito e a sociedade sergipana podem esperar do Iase o empenho

na promoção do estudo do Direito, com ampla discussão entre seus associados, primando seus debates pelo respeito à Constituição da República e seus princípios norteadores, como forma de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e balizar a sua aplicação aos casos concretos, reafirmando o compromisso com o Estado Democrático de Direito”, assevera.

Em fase de estruturação administrativa, o Instituto da Advocacia de Sergipe promove eventos acadêmicos junto à Fanese, abordando temas atuais do Direito, voltados aos profissionais e estudantes universitários. No segundo semestre deste ano, também haverá debates intensos sobre as matérias propostas para estudo, a ser feito pelo Instituto, através das comissões temáticas.

E o que é necessário para fazer parte do Iase? Sandro Mezzarano responde: “Gosto de reforçar que o Instituto não é exclusivo para advogados e advogadas. Ele é plural. Qualquer bacharel ou bacharela em Direito pode solicitar o ingresso no Instituto. A ideia é trazer várias visões daqueles que trabalham com o Direito, nas discussões, envolvendo o nosso Ordenamento Jurídico. Nossa rede social orienta os interessados, além de trazer um pouco do que fizemos até o presente momento e o que já está agendado para acontecer”.




PROMOVER O SEU NEGÓCIO É UMA TAREFA E TANTO. ESTAR NA MÍDIA É SEMPRE O DESEJO DE QUEM ALMEJA SER BEM SUCEDIDO. E POR ISSO QUE CADA VEZ MAIS, INVESTIR EM PROPAGANDA É SINÔNIMO DE INVESTIR EM SUCESSO.

A COMUNIC-AÇÃO PROPORCIONA AOS SEUS CLIENTES O CUIDADO COM A IDENTIDADE VISUAL, A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO, A COBERTURA DE SEUS EVENTOS E A ASSESSORIA NECESSÁRIA PARA ALAVANCAR O SEU PERFIL. NA COMUNIC, A META É TE FAZER CRESCER.


Comunic-ação

 GRAZIELE@COMINIC-ACAO

 79.99157.5428

 @COMUNIC_ACAOOFICIAL



Nosso Sabor
vai além
do ponto.



30 anos

@gralhaAzul



Gustavo Calçado [*]

Fracassamos: a guerra e o estado de não-direito internacional

Padecíamos em um passado distante, sobretudo na história das religiões, de sacrifícios humanos oferecidos pelos povos primitivos. Recentemente, há um par de anos, cientistas estudavam os restos mortais humanos no Misti, um dos 16 vulcões ativos no Peru, e davam conta de que os Incas provavelmente teriam preparado oferendas humanas para apaziguar o vulcão, porque era costume fazer sacrifícios de pessoas por causa de erupções.

Hoje, somos integrantes de uma civilização que usufrui, em grande parte, da tecnologia que os novos tempos nos oferece; que goza, em certo grau, de conscientização humana, que conta com um sistema de regras e princípios jurídicos internacionais consagrados após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, esses elementos não nos colocaram em vantagem em relação aos Incas.

ímpeto bélico, colonizador e destruidor de certas lideranças mundiais.

Alguns dados, divulgados pela BBC Brasil, dão conta de que ocorreram 151 mil mortes violentas de civis no conflito Estados Unidos e Iraque entre 2003 e 2006. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, durante o conflito estadunidense-sírio, centenas de pessoas, incluindo crianças, morreram em ataques aéreos feitos em hospitais, escolas, mercados, além de tornarem refugiados mais de 330 mil pessoas em 2019. Um trágico cenário que não se difere do recente ataque russo à Ucrânia.

O fato é que fracassamos enquanto comunidade jurídica. De nada serviu a sonhada segurança jurídica pós-guerra mundial consagrada pela criação da ONU. O esforço diplomático sucumbiu. As normas internacionais garantidoras da dignidade humana e protetora dos direitos fundamentais mitigaram frente ao ímpeto bélico destruidor e fomentador de um estado de não-direito internacional.

O estado de não-direito internacional, caracterizado pelo abuso do poder e atropelo de um sistema jurídico aparentemente consolidado, fruto de convenções supranacionais, parece prevalecer mesmo após o genocídio nazi. Este, por sua vez, estruturado em leis inconstitucionais, nos leva a concluir que o direito mata, mas não garante a paz. Falhamos enquanto comunidade jurídica. Falhamos enquanto professores, advogados, juizes, promotores, assessores e diplomatas.

Para que serve o direito? A teoria kelseniana de um Estado mundial garantidor da paz, previsto em seu livro “A Paz pelo Direito”, resultou em um mero ato de pensamento.



Fotos: Divulgação

Hans Kelson, autor do livro “A paz pelo direito”

Digo isso, porque fracassamos enquanto comunidade jurídica. O grande giro ontológico-linguístico interpretativo do Direito observado no final dos anos 40 do século passado – considerado pelos eruditos como um novo marco filosófico do pensamento jurídico –, segundo o qual a dignidade humana ascenderia em uma escala jurídico-normativa, dando ares de um futuro promissor ao planeta Terra, não se mostrou suficiente para frear o

[*] Gustavo Calçado é mestre em Cultura Jurídica pela Universidade de Girona/Espanha, mestre em Função Social da Constituição pela Universidade de Ribeirão Preto/SP, especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul/SC), doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Buenos Aires/Argentina, parecerista da Revista Legislativa do Senado e professor de pós-graduação da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP/SP), Damásio/SP, Universidade Tiradentes (Unit/SE) e Faculdade de Direito 8 de Julho/SE.

Prepare-se para o I Simpósio de Meio Ambiente em Desenvolvimento de Sergipe

Entre os palestrantes do Simaden, destaque para Édis Milaré, sumidade nacional no assunto, e para a expert sergipana Dra. Gabriela Almeida



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Édis Milaré abordará o tema “Questões controvertidas sobre a destinação adequada de resíduos sólidos”

A racaju será palco do maior evento da área ambiental do Estado. Trata-se do I Simpósio de Meio Ambiente em Desenvolvimento de Sergipe (Simaden), que acontecerá no dia 22 de agosto deste ano, em local a ser definido em breve. O encontro de titãs da área ambiental nacional, nunca visto na história sergipana, será um verdadeiro divisor de águas para o entendimento e a aplicação de leis.

O Simaden 2022 foi idealizado pela Dra. Gabriela Almeida, especialista em meio ambiente com grande atuação em Sergipe e em outros Estados – inclusive, ela é colunista da **Revista Advogados** (leia novo artigo dela nesta edição). Já a realização do evento ficará por conta da empresa Conexão Cursos e Eventos Ambientais.

O objetivo do Simpósio é promulgar a informação com a didática orientativa quanto ao entendimento de conceitos e aspectos técnicos e da aplicação das leis vigentes, trazidos por doutrinadores de renome nacional. Destaque para o Dr. Édis Milaré, uma sumidade no País quando o assunto é meio ambiente, que abordará o tema “Questões controvertidas sobre a destinação adequada de resíduos sólidos”, em especial, após o Novo Marco Regulatório de Saneamento.

Dr. Édis Milaré é procurador de justiça aposentado,

tendo sido criador e primeiro coordenador das Promotorias de Justiça e Meio Ambiente de São Paulo. Também foi secretário do Meio Ambiente naquele Estado. Doutor e mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ele é advogado, consultor jurídico e professor de Direito do Ambiente. Além de Dr. Édis Milaré, outros grandes nomes de doutrinadores nacionais comporão o Simpósio, a exemplo de Dr. Talden Farias e de Dr. Paulo de Bessa Antunes.

De Sergipe, grandes especialistas também participarão: Dr. Gilvan Dias, advogado e presidente da Administração Estadual de Meio Ambiente (Adema), e a própria Gabriela Almeida, que é doutora e mestre em Biotecnologia Industrial e especialista em Licenciamento Ambiental.

CEO/founder da GA Ambiental com atuação nacional, Dra. Gabriela Almeida é comentarista técnica ambiental de rádio e TV, colunista ambiental de revistas e professora de Gestão Ambiental. Ela vai discorrer sobre os principais desafios enfrentados pelo empreendedor nos processos de licenciamento ambiental com histórias das experiências vividas em diversas áreas não somente de Sergipe, ou seja, serão abordados “cases” reais.

O evento, embora tão especial e importante, terá vagas limitadas. Informações, programação e inscrições através do Instagram @conexaocursosoeeventosambientais.



Dra. Gabriela Almeida é idealizadora do Simaden 2022 e também será uma das palestrantes

A graça de Bolsonaro

O decreto de indulto individual ao deputado Daniel Silveira concedido pelo presidente Jair Bolsonaro gerou polêmicas, entre elas, a elegibilidade ou não do deputado agraciado. Veja, em contraponto, as opiniões de dois componentes da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE).

A FAVOR

Acácio Souto [*]

MC-Fotografia



É notório o fato de, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter condenado o deputado federal Daniel Silveira (PTB) a 8 anos e 9 meses de prisão em regime fechado, o presidente Jair

Bolsonaro (PL) ter concedido a graça, amparado pelo art. 734 do Código de Processo Penal (CPP), que trata do indulto individual, e pelo art. 84, XII da Constituição Federal, que trata do indulto coletivo.

O objetivo do presente texto não é tecer comentários acerca dos atos do deputado federal, da condenação, tampouco da investigação iniciada e continuada ao revés da normativa constitucional e processual penal e das regras principiológicas. Afinal, já dizia Goya que “o sonho da razão produz monstros”.

Da mesma forma, não será tratado neste artigo sobre o poder presidencial de conceder o instituto da graça. Só nunca poderei concordar que tal instituto seja tratado como ato administrativo, portanto, submetido ao art. 37, caput, da Constituição Federal, como muitos, por ideologia, afirmaram. Ao contrário: é ato político stricto sensu, de uma forma relativamente livre, embora com subordinação direta à Constituição. Um resquício do período monárquico, gostemos ou não.

O que se extrai da legislação acerca do assunto é que a candidatura do deputado poderia ser inviabilizada por dois motivos: ou pela inelegibilidade ou pela perda dos direitos políticos. Esta deriva de decisão judicial transitado em julgado, o que não ocorreu ainda, enquanto aquela deriva da Lei da Ficha Limpa, que o torna inelegível a partir da data do julgamento.

A questão central é se a declaração de inelegibilidade do deputado Daniel Silveira (PTB), com a precitada condenação do STF, possui amparo na legislação vigente. Para isso, é imprescindível a análise de duas súmulas conflitantes: a Súmula 9, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a qual dispõe que a “suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena”; e a Súmula 631, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que segue na contramão da primeira, ao dispor que “o indulto extingue os efeitos primários da condenação, mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais”.

Em que pese a existência da Súmula 631, do STJ, faz-se mister afirmar que a declaração de inelegibilidade do deputado federal Daniel Silveira (PTB) não possui qualquer amparo legal. Ao fim e ao cabo, ele fora condenado pelos crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo, crimes estes que não estão expressos na Lei da Ficha Limpa.

O entendimento no sentido de que o rol do artigo 2º da Lei Complementar nº 135/2010 é exemplificativo trata-se de interpretação extensiva, senão ingerência na atribuição do Legislativo. Como se sabe, no artigo 23 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não há previsão convencional de restrição, além das hipóteses listadas.

Sendo assim, para aplicação de qualquer medida restritiva, necessário que a medida seja no interesse de algum dos direitos elencados no supracitado artigo. Assim, em que pese a inelegibilidade não seja uma espécie de pena, portanto, não podendo ser objeto de clemência, há de se considerar que a condenação abarca crimes não previstos na Lei da Ficha Limpa.

[*] Acácio Souto é escritor, advogado em Direito Eleitoral e Direito Criminal, graduado em Direito pela Faculdade Pio Décimo e mestrando em Criminologia na Universidad Europea del Atlántico.



CONTRA João Guilherme Mendes [**]

A graça de Bolsonaro, concedida ao seu bel-prazer a um criminoso aliado político, ainda que possa ser questionada e deva sê-lo, é prerrogativa constitucional do presidente da República. Com efeito, no entanto, limitado.

Não entrarei no mérito da condenação realizada pela Suprema Corte, que, de fato, também é questionável, seja pela velocidade avassaladora do trâmite – não é sempre assim – ou pela pena visivelmente alta, que não corresponde à lesão ao bem jurídico tutelado. Tampouco dissertarei sobre o notório desvio de finalidade do decreto presidencial, que parece brincar com as instituições brasileiras.

Contudo, faço questão de frisar: devemos pensar o direito como uma ciência (ainda que abstrata). Logo, deve sempre advir de uma hermenêutica metricamente lógica, permitindo bases racionais e seguras para a interpretação das normas.

Utilizo-me destas palavras, pois, ainda que crítico do atual governo, como criminalista, não vejo com bons olhos uma pena de 8 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado pela prática dos crimes de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 23, inciso IV, combinado com o artigo 18 da Lei 7.170/1983) e coação no curso do processo (artigo 344 do Código Penal), no mesmo período em que penas nesse quantum são dadas a crimes potencialmente muito mais danosos à sociedade, na maioria das vezes, delitos físicos e violentos, não meramente verborrágicos. Sem retirar a gravidade do atentado contra a Democracia, ressalto que o direito se constrói através de analogias e jurisprudências.

Superada a parte introdutória, o fato é que, no dia 20 de abril de 2022, Daniel fora condenado pelo STF por ampla maioria dos votos, e, no dia seguinte, o presidente usou os poderes dele para agraciá-lo com o perdão. O instituto da graça está consolidado no art. 84, XII da Carta Magna, corroborado pelo art. 734 do CPP, e se distingue por ser concedido exclusivamente a uma pessoa, ou seja, é um indulto individual.

É bem verdade que nenhum desses artigos traz delimitações sobre as condições dessa concessão ou sob quais finalidades. No entanto, por uma questão de ordem, obviamente, a graça deve ser tratada com a devida seriedade. São estas lacunas constitucionais que

abrem o precedente para atitudes como a de Bolsonaro e que incendeiam mais ainda o embate com o Supremo, pois, em que pese não existir nenhuma comoção nacional a apoiar o deputado e nenhuma razão realmente plausível para tal indulto, o poder concedido constitucionalmente ao presidente – teoricamente – jamais poderia ser subjugado pelo STF. Em síntese, a hipótese do Supremo vir a anular o decreto de indulto, também, deve ser tida como abuso de poder dos ministros. E, nessa guerra de egos, as instituições democráticas continuam a degingolar.

O ponto interessante a ser abordado é que, ainda, não houve o trânsito em julgado da ação. Logo, a defesa do deputado deve recorrer. Aqui, talvez, abre-se o argumento que pode levar o STF a anular a graça, já que foi decretada em momento processualmente equivocado, pois a condenação ainda é reversível. Entretanto, o próprio decreto publicado no Diário Oficial da União se antecipou a isso, versando em seu art. 2º: “A graça de que trata este decreto é incondicionada e será concedida independentemente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória”.

De começo, é certo que, após o trânsito em julgado da ação, o parlamentar teria seus direitos políticos suspensos, enquanto durarem os efeitos da condenação, nos termos do art. 15, inciso III, da Constituição Federal. Bem como seria determinada a perda do mandato, nos termos do art. 55, inciso VI e o § 2º da Constituição Federal, e artigo 92 do Código Penal. Estas sanções, no entanto, não são de natureza penal. São plenamente justificáveis como forma de punição pelo crime cometido, muito mais do que a privação de liberdade, eu diria.

Este é o motivo pelo qual, caso a graça seja validada, o deputado Daniel Silveira continuará inelegível, pois tal instituto atinge apenas os efeitos primários da condenação, ou seja, o deputado se livrará da cadeia e da multa, mas não dos efeitos secundários, sejam eles penais ou extrapenais. Isto já é um entendimento consolidado no STJ, na súmula 631 que dispõe: “o indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais”. A inelegibilidade é um desses efeitos secundários da condenação penal no caso de Silveira.

Portanto, em razão da graça não ter o poder de arquivar o processo ou impedir o trânsito em julgado e também não atingir os efeitos secundários da pena, mesmo que o deputado Daniel Silveira não seja preso, ele será considerado inelegível enquanto durarem os efeitos da condenação. No mais, de todo esse caos político-jurídico proveniente de ambas as partes, só há uma única certeza: quem perde é o Brasil.

[**] João Guilherme Lopes de Mendonça Mendes é advogado, bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit) e cineasta bacharel em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Igor Salmeron [*]

Evaldo Campos: a égide do Direito sergipano



Fotos: Arquivo Pessoal

Orador dos mais exímios, Evaldo Campos é mestre indiscutível na arte da eloquência

Se existe um profissional que é referência na área do Direito em Sergipe, este é o renomado advogado Dr. Evaldo Fernandes Campos, conhecido por ser o decano do Direito Penal sergipano. Nascido em 26 de abril de 1941, na cidade de Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte, após lúdica infância, desfrutou de valiosos ensinamentos herdados pelos aguerridos pais. Eram eles: Seu João Fernandes Campos Neto e Dona Palmira de Souza Campos, seres humanos iluminados que souberam guiá-lo nos trilhos da honestidade, da persistência e da educação.

Evaldo Campos costuma citar e se definir por uma das máximas do brilhante ensaísta Gibran: “Nada mais do que um farrapo de nuvem errante perdida nos céus”. E o céu do Brasil, sem dúvida alguma, alegra-se por ter feito aportar em terras sergipanas esse baluarte do

Direito, não apenas em cenário telúrico, mas, sobretudo, além-fronteiras.

O potiguar se formou em Direito no ano de 1968 pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui especialidade na área penal, mas, pela condição de procurador da República, que até 1988 era cumulada com as atribuições de advogado da União, acabou atuando, assim, nas mais diversas áreas do Direito.

O ano de 1975 foi decisivo, pois Evaldo Campos exercia o cargo de procurador da República em final de carreira no Estado de São Paulo quando recebeu um telefonema do amigo Dr. Henrique Araújo. Na época, era o então procurador geral que lhe dizia: “Evaldo, seu pai mora em Sergipe? Pois, estou querendo que você passe 60 dias naquele Estado para substituir o procurador Dr. Osman Hora Fontes, que está doente”. Assim, no dia 31 de dezembro daquele ano, Evaldo veio para Sergipe e se perdeu pelos encantos idílicos de quem por aqui aporta. Antes disso, foi procurador da República com exercícios de atividade na Bahia, Alagoas, Santa Catarina e São Paulo.

Evaldo Campos mandou buscar os móveis dele em São Paulo num gesto de audácia e atrevimento, e prontamente ligou para Dr. Henrique Fonseca dizendo: “Estou numa esquina e não tenho medo de ser assaltado aqui em Sergipe. Vou ficar por aqui”. Ele questionou, inclusive, que, em terras sergipanas, ainda não tinham os correspondentes a finais de carreira e mandou para o procurador geral uma exposição de motivos, que foi levada ao Dr. Armando Falcão, ministro da Justiça na época auferida, que criou cargo de final de carreira em Sergipe, de onde nunca mais saiu.

Destemido

O jurista sempre foi conhecido por ser um homem sério e destemido. Chegou a ter problemas com a Igreja Católica quando abriu um inquérito sobre sonegação

fiscal em âmbito eclesiástico contra um arcebispo sergipano. Levava consigo o seguinte ensinamento católico: “Deus criou todos os seres iguais em direitos e obrigações”. Assim, foi manchete na época quando exclamou: “Se o papa me desse motivo, também o processaria”. Dessa feita, houve uma breve remoção dele do Estado, mas, logo algum tempo, retornou e acabou se entendendo com o próprio arcebispo que foi alvo do inquérito instaurado.

Ao se aposentar como procurador, Evaldo Campos continuou na vida pública, dessa vez, no Poder Executivo, ao servir a dois governos: o de Augusto Franco e o de Antônio Carlos Valadares. Foi secretário de Estado da Administração na gestão de Augusto do Prado Franco, homem por quem nutriu a mais admirável lembrança. De fato, divergiam muitas vezes, mas nem por isso deixavam de frutificar respeito mútuo. Exclamava: “Dr. Augusto Franco foi quem projetou o Sergipe do amanhã. Graças a ele, a adutora do São Francisco transformou-se em realidade”.

Depois, foi secretário de Estado de Assuntos Parlamentares durante o Governo de Antônio Carlos Valadares, quando teve a honra de ser convocado para escrever o anteprojeto da Constituição do Estado. Afirma que foram valiosos ensinamentos que apreendeu nessa ocasião, dentre eles que o mais importante nas nossas vidas não é nem a chegada nem a partida, mas justamente a travessia. E uma das lições que Evaldo Campos destaca é a de que os seres humanos vieram à vida e à terra somente por uma coisa: aprender a amar.

O político

Na seara política, Evaldo Campos foi candidato várias vezes e logrou êxito quando se elegeu vereador. Orador



Everaldo Campos, irmão já falecido, a madrastra Gisélia Campos, segunda esposa do pai, João Campos Neto, e Evaldo Campos aos 8 anos

dos mais exímios, é mestre indiscutível na arte da eloquência. No afável seio doméstico, contraiu seu último matrimônio com Eciene Elias de Jesus Campos, que é bacharela em Direito. Não com ela, Evaldo Campos possui prole numerosa composta por oito filhos ao total, sendo um falecido aos 20 anos de idade, chamado Evaldo Fernandes Campos Júnior, que nos deixou em 28 de agosto do ano 1994.

No auge dos seus 81 anos de idade, Evaldo Campos esbanja vivacidade e inteligência rarefeitas aos dias de hoje. Em seu vasto currículo, possui mais de 58 anos dedicados à advocacia, que é o seu grande chamado. Somado a isso, há mais de 45 anos integrados na área do magistério. Os alunos dele jamais esquecem as brilhantadas aulas, genuínos presentes para quem tem o privilégio de desfrutar do seu singular timbre de voz, bem como do modo elegante e persuasivo que convence qualquer um que lhe escuta. Foi seminarista e converteu-se ao espiritismo, sendo devoto de corpo e alma a Deus, sua maior força propulsora.

Conclui-se que, se não há efeito sem causa, não há, na História do Direito em Sergipe, nome que se realce mais nas últimas décadas do que o de Dr. Evaldo Fernandes Campos, uma das seminais figuras que explicam o desenvolvimento advocatício sergipano e do Brasil. Os conterrâneos se regozijam pela aula sobre nós, sobre Sergipe, sobre o País!



Evaldo Campos (de gravata listrada) com os também procuradores da República à época Jucielma Santos, Florismundo Vieira, Aristide Junqueira, Gilson Gama Monteiro e Valdir Nascimento

[*] Igor Salmeron é sociólogo – doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS-UFS), com pesquisas financiadas pela Fapitec/Capes, e faz parte do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS). Membro vinculado à Academia Literocultural de Sergipe (ALCS) e ao Movimento Cultural Antônio Garcia Filho da Academia Sergipana de Letras (MAC/ASL). E-mail para contato: igorsalmeron_1993@hotmail.com



Dr. Raimundo Sotero [*]

Diabéticos têm direito, de forma gratuita, a medicamentos e materiais para aplicação e monitoração da glicemia capilar

Vitória dos diabéticos

Os diabéticos têm grandes motivos para comemorar o dia 27 de setembro de 2022. Nessa data, comemora-se o 16º aniversário da promulgação da Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, elaborada pelo ex-senador por Sergipe José Eduardo Dutra com assessoria da Dra. Rosa Maria Sampaio Vila Nova de Carvalho (Hiper Dia / Ministério da Saúde).

Além disso, devemos mencionar a luta do Prof. Dr. Fadlo Fraige Filho, presidente da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes (Fenad), por convencer o deputado Fernando Coruja, à época, a retirar o veto dele, modificar o parecer e conseguir aprovar a Lei do Senador Dutra.

Essa Lei veio trazer um novo alento aos diabéticos, dando-lhes o direito de ter acesso aos insumos e medicamentos de que tanto necessitam para a sobrevivência. Portanto, nosso objetivo, hoje, é tão somente valorizar: primeiro, o ex-senador José Eduardo Dutra pelo trabalho, pela luta, pela ideia dessa “Lei Áurea dos Diabéticos” – e a luta insana dele para conseguir que ela fosse encaminhada para votação; segundo, Dra. Rosa Sampaio pela brilhante assessoria para a confecção da Lei – ela foi a grande incentivadora e impulsionadora para que o projeto pudesse ser aprovado; terceiro, o Prof. Dr. Fadlo Fraige Filho, presidente da Fenad, por conseguir que o deputado Fernando Coruja retirasse o veto e o parecer contrário, como presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, o que arquivaria definitivamente esse Projeto de Lei. Para conseguir modificar o parecer e enviá-lo ao Plenário para aprovação do PL, Dr. Fadlo mobilizou a maior parte das entidades de portadores de diabetes no Brasil, levando cerca de 22 mil manifestações de todo o País.

TEXTO DA LEI Nº 11.347

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil
Imprensa Nacional
Edição Número 187 de 28/09/2006
Atos do Poder Legislativo
LEI Nº 11.347, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Os portadores de diabetes receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde (SUS), os medicamentos necessários para o tratamento de sua condição e os materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar.

§ 1º – O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, selecionará os medicamentos e materiais de que trata o caput, com vistas a orientar sua aquisição pelos gestores do SUS.

§ 2º – A seleção a que se refere o § 1º deverá ser revista e republicada anualmente ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos, tecnologias e produtos no mercado.

§ 3º – É condição para o recebimento dos medicamentos e materiais citados no caput estar inscrito em programa de educação especial para diabéticos.

Art. 2º – (Vetado)

Art. 3º – É assegurado ao diabético o direito de requerer, em caso de atraso na dispensação dos medicamentos e materiais citados no art. 1º, informações acerca do fato à autoridade sanitária municipal. Parágrafo único – (Vetado)

Art. 4º – (Vetado)

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 2006; 185º ano da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Guido Mantega

Jarbas Barbosa da Silva Júnior

Fonte: <http://www.dou.gov.br/materias/xml/do/secaol/2336765.xml> 28/09*

“As palavras podem criar tanto felicidade como sofrimento. Procure sempre falar palavras que inspirem autoconfiança, alegria e esperança.”

(Daisaku Ikeda)

[*] Dr. Raimundo Sotero de Menezes Filho é fundador e ex-conselheiro Estadual de Saúde, ex-conselheiro titular do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e ex-presidente regional da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD). Atualmente, é vice-presidente regional da Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes (Fenad), diretor executivo do Centro de Diabetes de Sergipe, membro da Academia Sergipana de Medicina (ASM), vice-presidente da Sociedade Médica de Sergipe (Somese), subdelegado no Brasil da Associação Latinoamericana de Diabetes (Alad), membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores / Seccional Sergipe (Sobrames/SE) e membro da European Society of Endocrinology (ESE).



por Clóvis Munaretto
Publisher da Revista Advogados



DIVULGAÇÃO

Otto é valiosa experiência entre paladar e lifestyle

O nome dessa lindeza da foto é Salmão Otto. Trata-se de um filé de salmão grelhado, coulis (molho fino) de maracujá, acompanhado de risoto de shitake. Só de ver, já dá água na boca! This is Otto! O restaurante inaugurado há pouco tempo oferece culinária de primeiríssima qualidade, sofisticação na apresentação dos pratos e sabor incomparável. Difícil resistir. Então, experimente Otto.

Rua Dr. Bezerra de Menezes, 102, Bairro Coroa do Meio, Aracaju-SE | (79) 99662-8491
Instagram: @experimenteotto

Fazer pães e muitas outras delícias é a arte da Forneria

Que tal começar o dia saboreando um delicioso café-da-manhã em um ambiente charmoso e elegante? Ou mesmo fazer um lanche no meio da tarde com iguarias de encher os olhos e de dar água na boca, como doces, salgados, sanduíches e até pizzas? Ah, e com a opção de escolher bons vinhos também? Bem, o nome desse paraíso do sabor, onde produzir pães é uma verdadeira arte, é Forneria. Vá lá e tenha uma experiência simplesmente inesquecível.

Rua Cherobina de Carvalho Pinto, 84, Bairro Jardins, Aracaju-SE | (79) 3027-7223 / 99806-7045
Instagram: @forneria



DIVULGAÇÃO



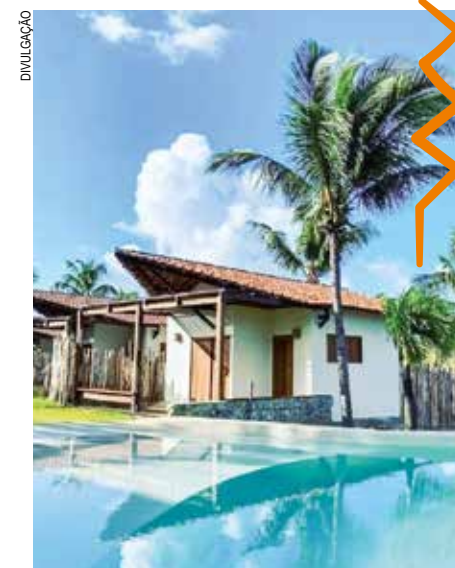
ASCOM FMA

Você encontra a natureza em cores na Passarela das Flores

Flores são uma excelente opção para presentear alguém com um lindo buquê ou para quem quer

uma decoração primavera-veril nos mais diversos ambientes, seja em casa ou no escritório. Onde encontrá-las com preços bem acessíveis em um local agradável, colorido e arejado? A resposta é a Passarela das Flores, entre os mercados municipais Thales Ferraz e Antônio Franco.

Rua José do Prado Franco, Centro, Aracaju-SE (79) 99911-6508



DIVULGAÇÃO

Paká Bangalôs é tranquilidade, charme e natureza em Sergipe

Próxima à praia de Ponta dos Mangues, a Paká Bangalôs é um paraíso que fica a apenas 1h20 de Aracaju. Localizada em um dos locais mais bonitos do Estado, numa região que reúne os encantos das belezas naturais, do regionalismo e da rica cultura do povo sergipano, a pousada está a 3 minutos a pé da praia. Além disso, oferece bar, lounge compartilhado, jardim e piscina. Também surpreende pela boa gastronomia.

Avenida Dr. Manoel Juvêncio dos Santos Filho, 222, Pacatuba-SE | (79) 99693-8762
Instagram: @pakabangalos



Sônia Pedrosa [*]



Na fachada da Catedral Basílica, entre as duas torres, uma imagem da padroeira Nossa Senhora das Neves abençoa a cidade

FOTOS: SÔNIA PEDROSA

João Pessoa: destino de férias, feriados e fins de semana o ano inteiro

Jampa, como é chamada a capital da Paraíba, além das belas praias, tem outros atributos, como o centro histórico

Estamos no meio do ano e, cá entre nós, não é a melhor época para falar das maravilhosas praias do Nordeste. Afinal, até o sol se permite tirar, não digo férias, mas uns dias de descanso – e é exatamente neste período. Mas, nem por isso, nossos destinos de praia ficam menos interessantes, como é o caso de João Pessoa, capital da Paraíba.

Jampa, como é carinhosamente chamada pelos mais íntimos, além das irresistíveis praias de águas verdes, transparentes e mornas, tem outros atributos que atraem turistas o ano inteiro, como, por exemplo, o centro histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Terceira

capital mais antiga do Brasil, essa região abrange uma área de 370 mil metros quadrados e conta com mais de 700 edificações, além de ruas, praças e avenidas importantes na história da Capital.

Roteiro em João Pessoa

Com uma história de mais de 400 anos impressa nos monumentos, nas igrejas, nos casarios e nas calçadas de paralelepípedos do centro histórico, o roteiro pode começar pelo Centro Cultural São Francisco, que levou quase 200 anos para ficar pronto. As obras deste complexo barroco começaram em 1589 e as edificações são cheias de simbologias.



Casarão dos Azulejos foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) em 1980

Por isso, merece uma visita guiada para não perder detalhes importantes.

Muito próximo, na Ladeira da Borborema, fica a primeira igreja de João Pessoa: a Catedral Basílica Nossa Senhora das Neves, dedicada à padroeira da cidade. Mais adiante, estão a Igreja e o Convento Nossa Senhora do Carmo, do século XVI, e a Igreja de Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira do Carmo, do século XVIII. Ao lado, fica a Casa ou o Casarão dos Azulejos, do século XIX, revestida de azulejos portugueses trazidos da cidade do Porto, Portugal, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) em 1980. O Hotel Globo já foi considerado um hotel de luxo. Hoje, é só uma lembrança dessa época. Ele foi transformado em museu e, da varanda, dá para ver um inesquecível pôr do sol além do rio Sanhauá.

O Centro Histórico de João Pessoa é rico. Prepare-se para bater perna, porque tem mais: a Casa da Pólvora; a Academia Paraibana de Letras e mais uma série de locais históricos, como, por exemplo, a Praça João Pessoa, também conhecida por Praça dos Três Poderes, que abriga o mausoléu do político João



Pessoa e a Lagoa do Parque Solon de Lucena. Mas não saia de lá sem uma lembrancinha da cidade. Por isso, passe no Museu do Artesanato Paraibano “Janete Costa”, também no Centro da capital, para conhecer o diversificado artesanato paraibano.

João Pessoa surpreende quem chega desavisado, sem saber que vai encontrar uma cidade praticamente plana e especialmente arborizada por ipês amarelos. São 2.400 ipês catalogados de acordo com as informações da Secretaria do Meio Ambiente. Outra particularidade é a orla, onde os prédios não passam dos quatro andares para não comprometer a circulação de ar e manter a cidade arejada. Além de tudo, tem um povo muito simpático e solícito, ótimos restaurantes, servindo uma culinária saborosa e cheia de personalidade, típica do Estado. São razões suficientes para você aproveitar as férias escolares dos seus filhos e ir até lá conferir as belezas paraibanas.

Quanto às praias, vamos deixar para falar sobre este assunto mais próximo do verão. Se estiver curioso, consulte o nosso blog: www.existeumlugarnomundo.com.br.

[*] Sônia Pedrosa é jornalista e publicitária. É também autora do blog www.existeumlugarnomundo.com.br.

Onde ficar: a nossa sugestão é o 4 estrelas Hotel Cabo Branco Atlântico.

Onde comer: Mangai, Nau Frutos do Mar, Gulliver Mar, Bar do Cuscuz.

Quando ir: o ano inteiro.

Quanto tempo ficar: uma semana ou mais.



O mar perfeito da Praia de Camboinha é um convite irrecusável, especialmente no verão

São atrações turísticas o Cruzeiro de pedra calcária e a centenária Igreja de São Francisco ao fundo

Said Schoucair



“A vida foi feita para viver intensamente”

Jurista: Gilberto Vila-Nova de Carvalho.

Livro: “A Arte da Guerra”, de Sun Tzu.

Lugar: no Brasil, Rio de Janeiro. No Exterior, Miami, na Flórida (Estados Unidos).

Filme: adoro cinema. Tem vários, mas vou de “O Poderoso Chefão”, de Francis Ford Coppola.

Time: Fluminense e Real Madrid.

Cantor: Frank Sinatra.

Cantora: Adelle.

Ator: Mateus Solano.

Atriz: Cláudia Raia.

Mito: Jesus Cristo.

Esporte: futebol.

Hobby: musculação.

Prato favorito: filé alto no alho e óleo com legumes.

Programa de TV: Investigação Discovery.

Música: “Wave”, de Tom Jobim.

Fato da história: Movimento Diretas Já.

Frase: “A vida foi feita para viver intensamente”.

Bon vivant e amante de vinhos, Said Schoucair é advogado e sócio do escritório de advocacia Schoucair, Falcão e Dantas



Venha conhecer as nossas delícias!

SALGADOS • TORTAS • DOCINHOS
SOBREMESAS • BEBIDAS • SORVETES

Servimos almoço!

NOSSAS LOJAS:

Rua Arauá, 722 - São José
☎ 79 3211.8080

Rua Laranjeiras, 307 - Centro
☎ 79 98856.8242

Rua São Cristóvão, 197 - Centro
☎ 79 3214.2241

Rua Apulcro Mota, 549 - Centro
☎ 79 3214.1310

  casadabaviera

www.casadabavieraaju.com.br



Parabéns, Advogadas!

SELEÇÃO FEMININA DE FUTEBOL DA CAB/SE



**CAMPEÃS INVICTAS
NORTE/NORDESTE**

ALIFA 2022